

TÍTULO ORIGINAL
PHILOSOPHY, IDEOLOGY & SOCIAL SCIENCE
ESSAYS IN NEGATION AND AFFIRMATION
WHEATSHEAF BOOKS LTD, SUSSEX
© ISTVÁN MÉSZÁROS/1986
© DA EDIÇÃO BRASILEIRA: EDITORA ENSAIO/SP/1993

Tradução
Laboratório de Tradução do
CENEX/FALE/UFGM
ELSE RIBEIRO PIRES VIEIRA
(Introdução e Capítulo I)
CÉLIA MARIA MAGALHÃES
(Capítulos II, V, VI, VII e VIII)
MARIA CONCEIÇÃO M. VAZ DE MELLO
(Capítulo III)
JÚLIO JEHA
(Capítulo IV)
Revisão Técnica
ESTER VAISMAN
Revisão
EQUIPE ENSAIO
Capa
WALTER HÜNE

Diagramação, Composição e Filmes
ENSAIO - EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Impresso na **Grol** editora gráfica ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mészáros, István, 1930-

Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação/István Mészáros; [Tradução Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFGM]. - São Paulo: Ensaio, 1993.

Vários tradutores do Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFGM.

1. Ciências sociais - Filosofia 2. Escola marxista de sociologia 3. Filosofia marxista 4. Ideologia 5. Sociologia política I. Título. II. Título: Ensaios de negação e afirmação.

93-2862

CDD-306.2

Índices Para Catálogo Sistemático
1. Sociologia-política 306.2

1993
TÍTULO SELECIONADO PELA
editora ensaio
MOVIMENTO DE IDÉIAS/IDÉIAS EM MOVIMENTO
Rua Tupi, 784
01233-000 - São Paulo - SP
Telefones: (011) 66-4036/3168

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

I-IDEOLOGIA E CIÊNCIA SOCIAL

1 - A IDEOLOGIA DE "O FIM DA IDEOLOGIA"	21
2 - MAX WEBER E "A CIÊNCIA SOCIAL AXIOLÓGICAMENTE NEUTRA" ..	26
3 - O CARÁTER IDEOLÓGICO DOS "TIPOS IDEIAIS"	30
4 - TEORIA E METATEORIA	34
5 - O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO DE HOMANS ..	37
6 - A VISÃO DE COSER SOBRE AS FUNÇÕES DO CONFLITO SOCIAL	41
7 - O ENRAIZAMENTO PRÁTICO DAS TEORIAS SOCIAIS ..	47
8 - A PERSPECTIVA SOCIAL DA IDEOLOGIA KEYNESIANA ..	58
9 - A IDEOLOGIA DA "TEORIA GERAL" PARSONIANA ..	61
10 - ESTRUTURA SOCIAL E TEORIA SOCIAL	69

II-CONSCIÊNCIA DE CLASSE NECESSÁRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE CONTINGENTE

1 - A ABORDAGEM MARXIANA DO PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE	75
2 - POSIÇÃO DE CLASSE E INTERESSE DE CLASSE	83
3 - O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE ..	100
4 - CONCLUSÃO	112

III-MARX FILÓSOFO

1 - A REALIZAÇÃO DA FILOSOFIA	122
2 - "AS CIÊNCIAS POSITIVAS" E A "CIÊNCIA POSITIVA" DE MARX	129
3 - A RELAÇÃO ENTRE MARX E HEGEL	142

IV-KANT, HEGEL, MARX: A NECESSIDADE HISTÓRICA E O PONTO DE VISTA DA ECONOMIA POLÍTICA

1 - TEOLÓGIA, TELEOLÓGIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA	158
2 - A CONCEPÇÃO KANTIANA DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	161
3 - A ABERTURA RADICAL DA HISTÓRIA	167
4 - CRÍTICA DA FILOSOFIA HEGELIANA DA HISTÓRIA	169
5 - CONCEPÇÕES NATURALISTAS E DIALÉTICAS DA NECESSIDADE	189
6 - CARÊNCIA E NECESSIDADE NA DIALÉTICA HISTÓRICA	193
7 - A FUSÃO DA NECESSIDADE NATURAL E DA NECESSIDADE HISTÓRICA	195
8 - A NECESSIDADE EM DESAPARIÇÃO DA NECESSIDADE HISTÓRICA	198

V-MARXISMO E DIREITOS HUMANOS

1 - DESENVOLVIMENTOS CAPITALISTAS E "DIREITOS DO HOMEM"	204
2 - O QUADRO LEGAL DA INTERAÇÃO SOCIAL	208
3 - DIREITOS HUMANOS E INTERESSES PARTICULARES	211
4 - OS DIREITOS E A EMANCIPAÇÃO DOS INDIVÍDUOS	215

VI-CRÍTICA À FILOSOFIA ANALÍTICA

1 - PREFERÊNCIAS NÃO RECONHECIDAS	220
2 - INCOERÊNCIAS	224
3 - A ANALOGIA COM A CIÊNCIA NATURAL	226
4 - ESTÉTICA: UMA PEDRA NO CAMINHO	232

VII-A METÁFORA E O SÍMILE

1 - A PREDICAÇÃO METAFÓRICA E A FALÁCIA METAFÓRICA	237
2 - A SINTAXE LÓGICA DAS METÁFORAS E DOS SÍMILES	242

3 - A VALIDADE CONTEXTUAL DAS METÁFORAS	246
4 - O USO DA PREDICAÇÃO METAFÓRICA POR HEIDEGGER	261
5 - METÁFORAS, SÍMILES E MODELOS	254

VIII-A ALIENAÇÃO NA LITERATURA EUROPÉIA

1 - DO <i>EMÍLIO</i> A OS SOFRIMENTOS DO JOVEM <i>WERther</i>	257
2 - ALIENAÇÃO E SOLIDÃO	260
3 - A ALIENAÇÃO NO ROMANCE MODERNO	263
4 - DA BUSCA FAUSTIANA DA HUMANIDADE AO "INFERNO SÃO OS OUTROS" DE SARTRE	267

BIBLIOGRAFIA	273
ÍNDICE ONOMÁSTICO	285

INTRODUÇÃO

Desde que Menêncio Agripa se dirigiu aos grevistas romanos, que ocupavam o Monte Sagrado no século VI A.C., vem sendo defendida em inúmeras ocasiões a concepção "orgânica" da ordem social. Segundo o tão reverenciado cônsul romano - que, em palavras características da *Encyclopédia Britânica*, era "conhecido como um homem de pontos de vista moderados" - cada camada social tem seu "lugar próprio" no grande organismo. As camadas inferiores devem obter sua satisfação a partir da "glória reflexa" e, independentemente de sua inferioridade, serem consideradas "igualmente importantes" para o funcionamento do organismo a que pertencem.

Evidentemente, esse foi um poderoso exercício de ideologia. Segundo a lenda, os que protestavam se comoveram tanto com os "pontos de vista moderados" do cônsul que, imediatamente, abandonaram sua postura de desafio coletivo e retornaram aos lugares a eles determinados.

Seja como for, pelo menos um fato histórico é inquestionável - eles se maniveram vinculados aos seus "lugares próprios" na sociedade, nesses dois e meio milênios que se passaram desde o paradigmático Sermão de Estado, pronunciado por Agripa no Monte Sagrado, "participando", assim, da reprodução da ordem estabelecida através de todos os ajustamentos necessários às condições mutáveis da dominação.

O que nos interessa diretamente é o papel específico da ideologia nesse processo de ajustamentos estruturais, pois a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a mais ativa intervenção de poderosos fatores ideológicos, paralelamente à manutenção da ordem vigente.

É claro que a ideologia dominante tem interesse patente na preservação do *status quo*, no qual inclusive as mais clamorosas desigualdades já estão "estruturalmente" entranhadas e protegidas. Portanto, ela pode se permitir ser "consensual", "orgânica", "participativa" e assim por diante, reivindicando, assim, também a manifesta justeza da "moderação", "objetividade" e "neutralidade ideológica" (dominantes).

Ademais, o fato é que estamos discorrendo sobre socie-

dades de classes que são, necessariamente, divididas por contradições internas e antagonismos, independentemente do sucesso da reprodução do quadro estrutural hierárquico de super e sub-ordenação e da aparência de "comunalidade" através dos tempos. E já que os parâmetros de exploração de classes da sociedade se mantêm intocáveis, as várias teorias de "vida social orgânica", "consenso", "participação" etc... são ou impotentes "postulados morais" (mesmo em grandes pensadores radicais como Rousseau), ou rationalizações apologéticas e legitimações do injustificável, desde Menênio Agripa até seus longínquos descendentes da nossa época.

Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubbiavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas, sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da mistificação, através da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, "consensualmente", valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais.

A esse respeito, a posição das ideologias conflitantes é decididamente assimétrica. As ideologias críticas, que procuram negar a ordem estabelecida, não podem sequer mistificar seus adversários, pela simples razão de não terem nada a oferecer - nem mesmo subornos ou recompensas pela aceitação - àqueles já bem estabelecidos em suas posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos palpáveis. Portanto, o poder de mistificação sobre o adversário é privilégio exclusivo da ideologia dominante.

Essa circunstância, por si só, já evidencia como seria ilusória a tentativa de explicar a ideologia meramente pelo rótulo de "falsa consciência", pois o que define a ideologia como ideologia não é seu alegado desafio à "razão", nem sua divergência em relação às normas pré-concebidas de um "discurso científico" imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade. As complexas funções da ideologia surgem exatamente dessa situação, não sendo minimamente inteligíveis em termos de critérios racionalísticos e científicos abstratos a elas contrapostos, o que constitui meramente uma petição de princípio.

O que requer explicação é a onipresença e o imenso impacto prático da ideologia em uma multiplicidade de sociedades muito diferentes, desde a antigüidade (como vimos com relação ao discurso de Agripa) até o presente. Ao mesmo tempo, é igualmente necessário se concentrar na dimensão histórica da ideologia, pois, omitindo-se tal dimensão, seria impossível evitar (independentemente da sua atualidade positivística) a circularidade da "ilusão iluminista".

que condena a não conformidade às normas estabelecidas como uma espécie de "aberração da mente", a ser superada por um "insight teórico" prescrito.

Como pré-condição necessária ao entendimento da natureza da ideologia é preciso que:

(1) reconheçamos sua persistência em diversas formações sociais que se sucedem e demonstremos a continuidade paradoxal da reprodução ideológica ao longo de milênios, sem perspectiva, por ora, de chegar a um fim;

(2) realçemos os parâmetros sócio-econômicos concretos, através dos quais se pode conceituar a emergência histórica e o funcionamento contínuo - bem como a supressão potencial - da ideologia;

(3) tenhamos sempre em mente a dinâmica de atuação do discurso ideológico e as formas institucionais/instrumentais exigidas para tornar exequível o seu impacto e

(4) identifiquemos o tipo de racionalidade operante na ideologia, de modo a, por um lado, resolver as dicotomias apriorísticas "racionalidade X irracionalidade" e "ciência X Ideologia" e, por outro lado, explicar tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social.

As características *trans-históricas* - mas de modo algum *supra-históricas* - da Ideologia, como forma de consciência *sui generis*, só podem ser entendidas no contexto da reprodução contínua de algumas determinações estruturais vitais do tipo de sociedade da qual emergem. Em outras palavras, o caráter sócio-econômico e inherentemente *histórico/ trans-histórico* da ideologia como tipo distinto de consciência deve ocupar o primeiro plano de nossa atenção, quando tentamos explicar - através da dialética da continuidade na mudança e vice-versa - a recorrência renitente de suas felicões mais importantes, através da longa trajetória das transformações históricas conhecidas.

A ideologia, como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores rivais e estratégias que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e que se entrelaçam de modo conflituado, encontram suas manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma, independente), com seu poderoso impacto mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Já que as sociedades em questão são elas próprias divididas internamente, as ideologias mais importantes - em

contraste com as inferiores ou "híbridas", que tendem a se acomodar, através de assimilação e adaptação razoavelmente extensivas, ao quadro geral das mundividões representativas - devem definir suas respectivas posições tanto como "totalizadoras" em suas explicações, quanto como alternativas estratégicas significativas em relação a uma outra. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a necessária consciência prática, através da qual as mais importantes classes da sociedade se relacionam e até mesmo, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.

É compreensível que o conflito mais fundamental da arena social diga respeito à própria estrutura social, que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade específica. Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode ser deixado simplesmente à mercê do mecanismo cego das colisões insuportavelmente devastadoras e potencialmente letais. Na realidade, quanto menor for tal controle, maior será o risco de efetivação das calamidades implícitas no crescente poder de destruição à disposição dos antagonistas. Esse conflito tampouco pode ser resolvido no domínio legislativo da "razão teórica" isolada, independentemente do nome da moda que lhe seja dado. É por isso que o conflito mais importante em termos estruturais - cujo objeto é manter ou, ao contrário, negar o modo dominante de controle sobre o metabolismo social, dentro dos limites das relações de produção estabelecidas - encontra suas manifestações necessárias nas "formas ideológicas" orientadas para a prática, "nas quais os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem através da luta" - citando aqui o Prefácio de Marx a *Para A Crítica da Economia Política*.

Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de qualquer consideração, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental - a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se confrontam em determinada ordem social - com o propósito de resolvê-lo através da luta. Em outras palavras, as várias formas ideológicas de consciência social acarretam (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) diversas implicações práticas de longo alcance na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua ancoragem sócio-política em posições progressistas ou conservadoras.

É essa orientação prática que define também o tipo de racionalidade apropriada ao discurso ideológico, pois seus interesses devem se articular não como proposições teóricas

abstratas (das quais nada surgirá, a não ser outras proposições teóricas da mesma espécie). Pelo contrário, devem se articular como indicadores práticos bem fundamentados e também como efetivos estímulos mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (em contraste com os "tipos ideals" artificialmente construídos). Além do mais, sob as condições da sociedade de classes, os interesses sociais representados e conceituados pelas ideologias rivais não só estão enredados de forma conflitante (o que, sem dúvida, estão), mas também enredados de tal forma que os problemas *parciais* ficam afetados por sua posição no interior da dinâmica global do conflito hegemônico vigente. Por conseguinte, o que pode parecer racional (ou o contrário) nos limites de um determinado problema parcial, pode muito bem vir a ser o exato oposto quando inserido em seu contexto apropriado mais amplo, de acordo com a margem de ação historicamente mutável dos principais agentes sociais.

Assim, a questão da racionalidade ideológica é inseparável do reconhecimento das limitações objetivas, nas quais as estratégias alternativas são formuladas a favor, ou contra, o prosseguimento da reprodução de determinada ordem social. Não é uma questão de conformidade ou não-conformidade a algum conjunto predeterminado de normas lógicas, por conta das quais certos pensadores devem ser louvados ou criticados, conforme o caso. Mais exatamente, trata-se de compreender como as características estruturais fundamentais de uma determinada ordem social se fazem valer em escala relevante, e circunscrevem os modos alternativos de conceituação de todos os problemas práticos mais importantes. As determinações estruturais em questão oferecem posições de supremacia significativamente diferentes aos sujeitos sociais rivais, de acordo com suas respectivas posições com relação aos instrumentos disponíveis de controle social que, por sua vez, estão sujeitos à permanência ou transitoriedade de sua viabilidade sócio-econômica e político-cultural em termos da dinâmica irreprimível do desenvolvimento histórico global. É a combinação das duas - a posição de supremacia adotada em sua postura de afirmar/apoiar ou criticar/negar os instrumentos estabelecidos de controle social, e a eficácia historicamente mutável e a legitimidade desses próprios instrumentos - que define a racionalidade praticamente orientada das ideologias em relação a sua época e, no interior dela, em relação às fases ascendentes e declinantes do desenvolvimento das forças sociais, cujos interesses elas sustentam.

Como resultado de tais determinações, inherentemente práticas (que podem ser identificadas com clareza numa escala temporal e social abrangente), as principais ideolo-

gias levam a marca importantíssima da formação social, cujas práticas produtivas dominantes (ex.: o horizonte orientado pelo valor da empresa privada capitalista) elas adotam como seu quadro final de referência. A questão da "falsa consciência" é um momento subordinado dessa consciência prática circunscrita pela época e, como tal, sujeita a uma multiplicidade de condições especificadoras, que devem ser avaliadas concretamente em seu próprio cenário.

As ideologias são circunscritas pela época em sentido duplo. Primeiro, no sentido de que, na orientação conflitante das várias formas de consciência social prática, sua característica proeminente persiste enquanto a sociedade for dividida em classes. Em outras palavras, a consciência social prática de todas essas sociedades não pode deixar de ser ideológica - isto é, sinônima de ideologia - em decorrência do caráter insuperavelmente antagônico de suas estruturas sociais. (O fato dessa orientação conflitante da ideologia - estruturalmente determinada - não ser de modo algum contradita pelo discurso pacificador da Ideologia dominante será abordado dentro em pouco.) E, segundo, que o caráter específico do conflito social fundamental, que deixa sua marca indelével nas ideologias conflitantes em períodos históricos diferentes, surge do caráter historicamente mutável - e não a curto prazo - das práticas produtivas e distributivas da sociedade, e da necessidade correspondente de se questionar sua continuada imposição, à medida que se tornam crescentemente minadas ao longo do desenvolvimento histórico. Desse modo, os limites de tais questionamentos são fixados pela época, colocando em primeiro plano novas formas de desafio ideológico, em íntima ligação com a emergência de meios mais avançados de satisfação das exigências fundamentais do metabolismo social.

Sem se reconhecer a consciência social prática das sociedades de classe como a determinação de época das ideologias, sua estrutura interna se mantém inteiramente ininteligível. Contudo, devemos estabelecer a diferença entre três posições ideológicas fundamentalmente distintas, com sérias implicações para os tipos de conhecimento compatíveis com cada uma delas. A primeira, à luz de Menênio Agripa, apóia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e louvando a contigüidade do sistema dominante - não importando se problemático ou contraditório - como o horizonte absoluto da própria vida social. A segunda, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, revela, com êxito significativo, as irracionalidades da forma específica de sociedade de classe, sem dúvida anacrônica, rejeitada a partir de uma nova posição de observação, mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social - igualmente determinada pelas

da pelas classes sociais, mesmo se historicamente mais evoluídas. E a terceira, em contraste com as duas anteriores, questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classes.

Obviamente, na história do pensamento, desde os tempos mais remotos até o presente, mesmo as variedades mais positivas de conscientização do conflito social fundamental não deixaram de ser afetadas pelas limitações estruturais do confronto de classes. Apenas o terceiro tipo de Ideologia pode mesmo tentar - sem nenhuma garantia apriorística de êxito - superar as limitações associadas à produção do conhecimento prático, no interior do horizonte da consciência social dividida, nas condições de uma sociedade dividida em classes.

A esse respeito, a visão marxiana de que, na atual conjunção do desenvolvimento histórico, a questão de "transcendência" deve ser formulada em termos da necessidade de ir para além da sociedade de classes como tal, e não apenas para além de um determinado tipo de sociedade de classes em prol de um outro, não significa, absolutamente, que se possa escapar, baseando-se unicamente nessa visão, da necessidade de se articular a consciência social - orientada para o objetivo estratégico de remodelação da sociedade de acordo com as potencialidades produtivas reprimidas de um agente coletivo identificável - como ideologia coerente e potente. Porque o problema prático relevante permanece o mesmo, isto é, como resolver através da luta o conflito fundamental relativo ao interesse estrutural de controle do metabolismo social como um todo. Assim, imaginar que a teoria socialista poderia ser "ideologicamente neutra", e pretender que ela definisse sua posição nesses termos - não transpondo o terreno hermético do "discurso teórico" vazio - na realidade, é uma estratégia auto-desmantelante. Estratégia que apenas favorece o adversário, que tem, de fato, um profundo interesse em falsamente apresentar sua própria posição como sendo genuinamente "consensual", "objetiva", "científica" e inteiramente "isenta de viés ideológico". A questão não é opor ciência à Ideologia numa dicotomia positivística, mas estabelecer sua unidade praticamente viável, a partir da nova posição histórica de observação do projeto socialista.

O mito da "unidade orgânica" dominou o discurso ideológico, desde que a relação social teve de se ajustar aos imperativos materiais de assegurar a continuidade da produção no interior do quadro potencialmente explosivo da divisão social hierárquica do trabalho, que, repetidas vezes, mudou suas formas ao longo da história,

mas não sua substância espoliadora.

Essa correlação entre Ideologia pacificadora e estrutura social hierárquica é perfeitamente comprehensível, pois, independentemente da profundidade da divisão e do antagonismo dilacerador dos seus relacionamentos estruturais básicos, todas as sociedades de classe devem, contudo, ser capazes de funcionar em circunstâncias normais como um todo integrado (e, nesse sentido, enquanto "sistemas orgânicos"), com exceção daqueles períodos de explosão que tendem a traçar a linha histórica demarcatória entre uma formação social e outra.

A aceitabilidade e a influência espontânea do discurso ideológico dominante, para além das camadas de seus verdadeiros beneficiários, residem exatamente em seu apelo pacificador à "unidade" e aos interesses associados, desde a "observação das normas de objetividade" até a descoberta do "equilíbrio" certo nos necessários - mas, naturalmente, em decorrência da relação de forças predominante, via de regra, desiguais e bastante injustos - "ajustes recíprocos" das forças sociais conflitantes. A necessária função aglutinadora da Ideologia dominante se torna tanto mais evidente (e significativa), se nos lembrarmos de que mesmo suas variantes mais agressivas - do chauvinismo ao nazismo e às mais recentes ideologias da "direita radical" - devem reivindicar a representação da maioria esmagadora da população, contra o "inimigo externo", as minorias "etnicamente inferiores", o assim chamado "bando de agitadores" que, supostamente, são a causa de greves, inquietação social e assim por diante.

Do ponto de vista da Ideologia dominante, o conflito hegemônico vigente nunca pode ser interpretado como um conflito entre potencialmente iguais, pois, *ipso facto*, suscitaria a questão da legitimidade e conferiria racionalidade histórica a seu adversário. É, portanto, uma questão de determinação estrutural insuperável que a ideologia dominante - em face de suas aspirações legitimadoras apriorísticas - não possa funcionar de forma alguma sem apresentar seu auto-interesse, independentemente de ele ser particular, como sendo o "interesse geral" da sociedade. E, exatamente pela mesma razão, o discurso ideológico da ordem dominante deve manter seu culto da "unidade" e "equilíbrio adequado" mesmo se - principalmente em ocasiões de grandes crises - culminar em nada além de retóricas vazias, quando confrontadas com o princípio operativo real de *divide et impera*, outra norma de controle social altamente louvada pelos romanos há milhares de anos.

Evidentemente, limitações bem diferentes se manifes-

tam nas ideologias críticas, pois todos aqueles que tentam articular os interesses das classes subordinadas têm de assumir - novamente como questão de determinação estrutural insuperável - uma postura de negação, não sómente em relação à pretensa "organicidade" (a ideológica "vila" Potyemkin ou fachada) da ordem estabelecida, mas também em relação às suas determinações objetivas e instituições de controle sócio-econômico e político-cultural. Portanto, não é de forma alguma casual que o maior trabalho de Marx tenha como subtítulo *Critica da Economia Política*: Isto é, a crítica de um corpo de doutrinas nas quais estão coerentemente conceituados os pontos mais vigorosos do sistema capitalista. E embora ninguém desejasse hoje negar essa vinculação, ela é, contudo, convenientemente obscurecida pelo discurso ideológico dominante, que afirma que o mesmo tipo de determinação prevalece em todas as ideologias críticas, em todos os períodos históricos, pois as concepções originais do credo liberal - hoje fortemente envolvido na defesa do *status quo* - em sua época negavam radicalmente a "idade das trevas" e sua sobrevivência social em nome da "Razão".

No entanto, deve-se reconhecer que a história não pode terminar no ponto da total negatividade, pois nenhuma força social consegue apresentar suas reivindicações como uma *alternativa hegemônica* sem também indicar, pelo menos em esboços gerais, a dimensão positiva/afirmativa de sua negação radical. Novamente, tal fato é verídico em milhares de anos de história, e não apenas nos séculos mais recentes. As ideologias que se exaurem através da pura negação, via de regra fracassam dentro de um curto período e, assim, não logram sustentar nenhuma reivindicação real para constituir uma alternativa viável. Além disso, e de certa forma paradoxalmente, é um traço característico exclusivo das ideologias dominantes que, uma vez atingida a fase declinante do desenvolvimento das forças sociais cujos interesses expressam, elas são incapazes de oferecer nada além de um quadro conceitual inteiramente negativo, não obstante sua identificação "positiva" com o *status quo*. Pois sua dimensão afirmativa é, na realidade, bastante mecânico-determinista - como bem exemplifica a máxima freqüentemente repetida: "não há alternativa", que se contradiz ao alegar ser a defesa da "liberdade", "socberania individual" etc. - e todo o seu interesse ativo visa desarmar o adversário com uma negatividade apriorística, permanecendo, assim, inteiramente dependente (i.e., intelectualmente parasitária) dos argumentos que elas rejeitam, apoiando-se em seus preconceitos

mecânicos de que "não há alternativa".

Os debates teórico-ideológicos do período pós-guerra demonstram claramente essas conexões. Durante algum tempo, eles giraram em torno da Intentada rejeição do projeto socialista, como "O Ópio dos Intelectuais" (Aron), logo seguida pela comemoração ainda mais desejosa de êxito dessa abordagem, como *O Fim da Ideologia* (Bell). Por sua vez, ela foi sucedida pelas teorizações que pretendiam eliminar até mesmo a possibilidade de conflito hegemônico, discutindo *O Sistema Industrial* (Aron, novamente) e *O Novo Estado Industrial* (Galbraith), postulando aspiradas "convergências" que nunca se materializaram. A fase seguinte, portanto, teve de tentar se desvincilar das dificuldades através da discussão da sociedade pós-industrial, que prometia transcender as contradições remanescentes do capitalismo contemporâneo. E agora, que as expectativas desse último se provaram totalmente ilusórias, uma vez que os sérios problemas que estão na raiz da ideologia se recusam renitentemente a desaparecer, apresentam-nos as ideologias da "modernidade" ou "modernidade e seus descontentes" e - nos mais recentes esforços - do postulado gratuito da "pós-modernidade". Dessa forma, enquanto as contradições do mundo social se fortalecem mais do que nunca e se manifestam cada vez mais de um modo que se aproxima de uma escala global avassaladora, declaram-nas, repetidamente, como já "abandonadas" - ou prestes a serem "suprimidas" - numa sucessão interminável de construtos ideológicos que, sob um novo "pós"-rótulo dissocializado, metamorfosaram verbalmente a mesma racionalização pacificadora, tão logo sua versão anterior tenha perdido sua credibilidade.

Contudo, não podemos explicar adequadamente tais desenvolvimentos pela mera referência à conjuntura pós-guerra do conflito social. É que suas raízes intelectuais são bem mais remotas; com relação a seus temas favoritos e categorias vão até as duas primeiras décadas do século (especificamente Weber); e, em suas bases teóricas mais profundas, até a "fase heróica" da mundivisão burguesa (i.e., o século XVIII e os primórdios do século XIX), com a qual as contas estão agora ceticamente acertadas.

Esses tópicos e seus correlatos constituem o interesse principal do presente volume. São explorados de forma crítica, em seu contexto histórico apropriado, e de forma afirmativa, sempre que houver margem para afirmação positiva. Daí o subtítulo da obra.

O leitor interessado poderá encontrar uma discussão

complementar de alguns outros aspectos importantes da ideologia no meu livro sobre *O Poder da Ideologia* (Harvester Press, 1987), a ser publicado brevemente pela Editora Ensaio.

I-IDEOLOGIA E CIÊNCIA SOCIAL*

O presente ensaio está estreitamente relacionado a um estudo que trata das características estruturais fundamentais das várias formas de ideologia - desde o discurso moral e religioso à política e à arte - tomadas individualmente, bem como em suas múltiplas interconexões. E também das condições materiais e sociais e dos mecanismos que determinam a emergência e as transformações sutis das ideologias específicas; dos instrumentos complexos e das instituições requeridas para assegurar o impacto razoavelmente duradouro dos sistemas ideológicos; e por último, mas nem por isso menos significativamente, do relacionamento intrincado entre ideologia e ciência social, consideradas como formas específicas de discurso e também como complexos sociais determinados, que preenchem uma ampla gama de funções vitais no quadro global da prática social.

Já que vários aspectos dos problemas que nos interessam são discutidos em outros lugares, o presente ensaio¹ se concentra em um breve levantamento e crítica de algumas abordagens características do nosso tema, tentando, ao mesmo tempo, a formulação de alguns critérios - bem experimentais - para a avaliação da ideologia e da ciência social. Com isso em mente, vamos agora nos voltar para uma área de debate, cuja complexidade e importância é provável que ninguém negue - pelo menos hoje em dia.

1-A IDEOLOGIA DE "O FIM DA IDEOLOGIA"

O surpreendente é que, de fato, tantas pessoas negam sem tais aspectos num passado não muito distante. Desse modo, gerações de estudantes - principalmente no

* Publicado originalmente em *The Socialist Register*, Merlin Press, 1972, pp. 35-81.

1. Versão ampliada de trabalho apresentado no Seminário Interdisciplinar da Divisão de Ciência Social da Universidade de York, Toronto, em janeiro de 1972.

período pós-guerra - foram levadas, por um número considerável de cientistas sociais, patrocinados por fundações, a acreditar que a ideologia fora inteiramente abolida e que fosse substituída, para sempre, pelos sistemas íntegros e sóbrios da ciência social estritamente fatorial.

Escapou à atenção não somente dos teórica e politicamente ingênuos, mas, inúmeras vezes, mesmo daqueles que deveriam ter sabido mais a esse respeito, o fato de que tais alardes em si eram manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de "falsa consciência" ideológica - que rotula arbitrariamente seu adversário de "ideólogo", de modo a conseguir reivindicar para si, por definição, total imunidade a toda ideologia, isto é, que "provou" aprioristicamente tanto o vício quanto a virtude. Foi assim que um intelectual tão sério e crítico como Robert L. Heilbroner louvou no *The Reporter* o famigerado livro de Daniel Bell, *O Fim da Ideologia*, à época de sua publicação: "Um livro de raro interesse/.../ encontramos aqui mais que um comentário sobre a 'exaustão das idéias políticas nos anos 50'; também revelou para nós a aparência da realidade social, uma vez tirados os óculos ideológicos do passado". Uma triste submissão à total mistificação!

A economia de espaço requer que nos limitemos a citar um único exemplo, a fim de testarmos os argumentos dessa "ciência social" ideologicamente neutra, solidamente fatural e sem preconceitos. Como veremos, todavia, mesmo esse único exemplo é suficientemente esclarecedor da abordagem que supostamente teria "revelado para nós a aparência da realidade social" em sua transparência, graças à tirada dos "óculos ideológicos do passado". O exemplo que tenho em mente está à página 385 de *O Fim da Ideologia*: "A NEP foi um passo extraordinário para Lenin, pois ele teve de admitir que não havia nada nos 'velhos livros' que preparasse o partido para um passo tão radical como a restauração parcial do capitalismo. Num ensaio escrito pouco antes de sua morte - um ensaio que revela a linha doutrinária que havia norteado o pensamento de Lenin - ele declarou pesarosamente: 'Nem mesmo ocorreu a Marx escrever sobre o assunto; ele morreu sem deixar uma única citação precisa ou instrução irrefutável a esse respeito. É por isso que devemos sair da dificuldade inteiramente através de nossos próprios esforços'. Agora, a verdade indigesta é que as grandes 'revelações' não-ideológicas de Daniel Bell nada mais são que violações graves das condições mais elementares da pesquisa e análise científicas - mas, naturalmente, violações cometidas em nome de uma 'ciência social genuína', radicalmente oposta à 'ideologia obsoleta'.

Se nos dedicarmos à morosa tarefa de verificar os fatos alegados - o que, infelizmente, um número insuficiente de pessoas faz, permitindo, assim, com freqüência, a difusão das

mais tendenciosas distorções como evidência incontrovertida² - concluiremos não só que não há absolutamente nada que fundamente os julgamentos duvidosos de Bell, mas também que a citação de Lenin em questão (isto é, o próprio texto de Lenin e não a versão distorcida de Bell desse texto) demonstra o exato oposto daquilo que nos é dado a acreditar de maneira "verdadeiramente científica". Pois o texto autêntico de Lenin é o seguinte: "Com respeito ao capitalismo de estado, eu acho que, geralmente, a nossa imprensa e o nosso partido cometem o erro de mergulharem no Intelectualismo, no liberalismo; nós filosofamos sobre como o capitalismo de estado deve ser interpretado e consultamos os velhos livros. Mas nesses velhos livros não se encontra o que estamos discutindo; eles tratam do capitalismo de estado existente dentro do capitalismo. Nem um único livro jamais foi escrito sobre o capitalismo de estado dentro do comunismo. Não ocorreu nem mesmo a Marx escrever uma palavra sobre esse assunto; ele morreu sem deixar uma única declaração precisa ou instrução definitiva a esse respeito. É por isso que devemos superar a dificuldade inteiramente por nossa conta. E se fizermos um levantamento mental geral da nossa imprensa e observarmos o que foi escrito sobre o capitalismo de estado, como tentei fazer quando preparava o presente relatório, estaremos convencidos de que ela está errando o alvo, de que está olhando em uma direção totalmente errada". Como podemos observar, então, a versão de Bell não somente retira do seu contexto as palavras de Lenin - se ele não o tivesse feito, em nenhum momento alguém teria levado a sério suas afirmações e acusações -, mas também assume a forma de uma tradução que transforma o trecho original na "única citação" doutrinária "precisa ou instrução irrefutável" (seja lá o que pudesse vir a significar "instrução irrefutável").

Na citação original não há absolutamente nenhum vestígio de um comportamento "pesaroso" por parte de Lenin, nem mesmo de "admitir" que, dentro da limitação de circunstâncias bem singulares, os "velhos livros" não podem ajudar. Na realidade, desde o início de sua mocidade, ele sempre assumiu "passos extraordinários" para adaptar sua posição teórica às condições sócio-históricas mutáveis. (Como é fato bem conhecido, mais de uma vez ele foi acusado de ser um meio "realista astuto", por críticos que pensavam que ele deveria ser censurado por falta de pureza doutrinária³.) Pelo contrário, ele insiste bem enfaticamente que o "intelec-

2. Como já demonstrei em outro lugar, esse não é em absoluto um incidente isolado na obra de Daniel Bell. Ele se perde igualmente nos fatos quando "analisa" os trabalhos de Marx. Cf. capítulo 8 ("A Controvérsia sobre Marx") do meu livro *A Teoria da Alienação de Marx*, Merlin Press, Londres, 1970 e Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

3. Lukács trabalhou com essa linha de argumentação já em 1924. Depois de citar as propostas de Lenin para o 'capitalismo de estado', feitas no início de

tualismo" e o "filosofismo" sobre os problemas em jogo, com referências a velhos livros, constituem um total engano: a imprensa que adota tal procedimento "está errando o alvo, está olhando em uma direção inteiramente errada". Também, no seu discurso de encerramento do debate, ele censura Preobrazhensky por ter argumentado em termos de "escolasticismo puro", por fundamentar sua análise em livros antigos e acontecimentos passados, enquanto "esta é a primeira vez na história da humanidade que vemos uma coisa assim" e, portanto, "não devemos clavar para o passado"⁴.

E tudo isso deve ser a prova da "linha doutrinária que havia norteado o pensamento de Lenin" - isto é, prova aos olhos do "cientista social" supremamente objetivo, que conseguiu se livrar em definitivo dos "óculos ideológicos do passado", a tal ponto que se torna capaz não somente de anunciar "O Fim da Ideologia", como também de ver coisas no texto de Lenin que simplesmente não estão presentes para nós, mortais inferiores, portadores de óculos ideológicos.

Mas, ironia à parte, o texto pretensamente científico de Daniel Bell é escandalosamente deturpador mesmo em seus mínimos detalhes. Ele declara que a citação provém de um "ensaio" escrito por Lenin "pouco antes de sua morte". Na realidade, provém de um discurso feito no XI Congresso do partido e publicado a partir de transcrições estenografadas. Mais importante ainda, caso se queira localizar a citação discutida: ela não foi escrita por Lenin "um pouco antes de sua morte", mas quase dois anos antes de sua morte: o discurso de abertura foi proferido em 27 de março de 1922, e sua resposta a Preobrazhensky, um dia depois, para ser mais preciso. Quanto à fonte, fomos informados de que a citação se encontra à página 338 dos *Trabalhos Selecionados* de Lenin, vol. XIV, citado em *As Raízes do Comunismo Americano*, de Theodore Draper. Mas mesmo essa referência de segunda mão é ridículamente enganosa, pois Draper dá o volume IX - e não o XIV - como sua referência⁵. (O leitor interessado

1918, comentou: "Essas passagens foram citadas em pormenores específicos para refutar os mitos burgueses e social-democratas amplamente disseminados, segundo os quais, depois do fracasso das tentativas do 'marxista doutrinário' de introduzir o comunismo 'de um só golpe', Lenin transigiu e, 'astuto realista que era', desviou-se de sua linha política original. A verdade histórica é o oposto. O chamado 'comunismo de guerra' - sobre o qual falou Lenin - 'Foi uma improvisação' e: 'Foram a guerra e a ruína que nos forçaram ao comunismo de guerra. Não foi, e nem poderia ser, uma diretriz que corresponde às tarefas econômicas do proletariado' - foi, em si, um desvio do trajeto pelo qual deveria passar o desenvolvimento do socialismo, conforme suas previsões teóricas". G. LUKÁCS, *Lenin: A Study on the Unity of His Thought*, New Left Books, Londres, 1970, pp. 76-7.

4. LENIN, *Collected Works*, vol. XXXIII, p. 310. (A citação do discurso inaugural de Lenin provém das pp. 277-8 do mesmo volume.) Ao longo de todo o livro, os itálicos são meus, a menos que se diga o contrário.

5. Cf. p. 435 de T. DRAPER, *The Roots of American Communism*, The Viking Press, Nova York, 1957.

pode encontrar o texto de Lenin no vol. XXXIII de suas *Obras Escolhidas*.)

Esse é, então, o desempenho real dessa ciência social não-ideológica, objetiva, factual e rigorosamente acadêmica. E como essa "ciência" consegue esconjurar seu adversário ideológico da forma que lhe aprovou, consegue também descartar problemas de extrema complexidade com a maior facilidade. Ideologia? Esse é o outro lado. E mesmo do outro lado, ela representa apenas o passado, uma vez que agora todos nós vivemos numa adorável sociedade "pós-capitalista" e genuinamente "industrial". Portanto, os problemas de ideologia simplesmente não existem mais. O conflito e a complexidade são prontamente substituídos pela simples e profunda "engenharia social" e agora podemos todos viver felizes para sempre.

Mais irritante ainda, contudo, é que a realidade social se recusa a perceber as soluções revolucionárias dessa "ciência social" e insiste na existência de conflitos e crises que escapam à simplicidade aerodinâmica de modelos e esquemas voluntivamente pré-fabricados. Dessa forma, nossos ex-campeões da "sociedade industrial pós-capitalista" são forçados a fazer uma reviravolta espetacular. Daniel Bell, por exemplo, no momento está engajado na teorização da chamada "sociedade pós-industrial". De fato, agora ele chega ao ponto de falar sobre o "sombrio recorde" da ciência social recente (evidentemente, não de sua própria), acrescentando que: "Nas áreas da educação, bem-estar e planejamento social há pouco conhecimento a que se possa recorrer para efeito de traçar diretrizes. Os cientistas sociais começaram relutantemente a admitir que os problemas são mais complexos do que pensavam"⁶. Contudo, a relutante aceitação do fracasso sombrio está bem longe de chegar à identificação das raízes ideológicas de tal fracasso. Pelo contrário: já que os pressupostos originais da postura "ideologicamente neutra" permanecem não questionados, o alicerce fundamental continua como antes. Apenas a fachada recebe um verniz tópico para enfatizar a adequação da edificação às mais turbulentas circunstâncias atuais. Uma condição elementar de melhoria desse "recorde sombrio" seria um reexame radical das concepções ideológicas da ciência social "axiologicamente neutra", mas isso, sem dúvida, deve sistematicamente escapar à atenção daqueles que têm um interesse amplo e manifesto na manutenção do estrangulamento ideológico da ciência social, até pouco tempo totalmente incontestado.

6. D. BELL, "Unstable America", in *Encounter*, junho, 1970.

2 - MAX WEBER E "A CIÊNCIA SOCIAL AXIOLÓGICAMENTE NEUTRA"

É desnecessário dizer que as raízes desses problemas têm um alcance mais profundo do que os debates ideológicos do passado recente poderiam sugerir. Devemos penetrar bem mais no passado, se quisermos compreender as dificuldades maiores do relacionamento entre ideologia e ciência social.

Vamos, primeiramente, voltar a um clássico do qual se originaram muitas das teorias mais recentes: Max Weber. Examinemos, em primeiro lugar, as afirmações de Weber sobre a natureza e a validade de seus "tipos ideais". Ele escreve num famoso texto: "A tarefa elementar do autocontrole científico e a única forma de se evitar asneiras graves e tolas requer uma distinção nítida e precisa entre a análise comparativa da realidade através de tipos ideais, no sentido lógico, e o julgamento de valor da realidade baseado em ideais. Em nosso sentido, um tipo ideal/.../ não tem absolutamente nenhuma conexão com juízos de valor, e não tem nada a ver com nenhum tipo de perfeição, a não ser aquela puramente lógica"⁷. Já que encontraremos dificuldades muito maiores daqui a pouco, devemos deixar de lado a controvérsia se as palavras de Weber sobre "a tarefa elementar do autocontrole científico" constituem ou não uma intromissão de juízo de valor no seu esquema geral. Também, pelo mesmo motivo, devemos agora simplesmente ignorar a questão da legitimidade ou não de se confinar a ciência social à esfera da "perfeição puramente lógica". Nossa interesse fundamental, nesse estágio, é se é ou não possível para o próprio Weber manter os padrões que ele mesmo estabeleceu para a avaliação da ciência social em geral. Isso, evidentemente, não é possível, muito embora Weber e seus seguidores se recusem a desistir de suas ilusões sobre esse assunto.

Com o propósito de examinar mais de perto as afirma-

ções de Weber, tomemos sua definição de capitalismo que, supostamente, constitui um tipo ideal bem "neutro". Ele define o capitalismo como uma "cultura": "na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado"⁸. A escolha de tais características delimitadoras, contudo, está longe de ser axiologicamente neutra, embora, superficialmente, pareça expressar uma verdade evidente: ou seja, que o capitalismo e o investimento de capital privado estão diretamente ligados. Mas tal, obviamente, constitui uma mera verdade tautológica e, de modo algum, muito acurada nesse sentido. Na definição de Weber o que está para além da pura tautologia é, ou ostensivamente ideológico e com viés valorativo, ou falso - ou até mesmo ambos, ideologicamente tendencioso e falso.

A definição de Weber é formulada a partir de um ponto de vista definido: não aquele da "lógica pura", mas aquele que convenientemente bloqueia a possibilidade de definições rivais, sem se fundamentar em nada a não ser na pura suposição. A adoção desse tipo ideal como princípio de seleção de todos os dados disponíveis acarreta, necessariamente, que a pesquisa "cientificamente autocontrolada" se limite a dados que se encaixem com facilidade no quadro ideológico das pressuposições contidas na definição de Weber.

Examinemos, rapidamente, como a definição weberiana de capitalismo preenche suas funções ideológicas sob a aparência de uma formulação "não ideológica" e "descritiva": o primeiro aspecto que temos a observar é a escolha do termo "cultura" (em lugar de alternativas disponíveis, tais como "formação social" - ou "modo de produção" etc.); um termo que predispõe a um determinado tipo de interpretação quanto ao desenvolvimento da formação social capitalista. (A esse respeito, veja sua abordagem em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.)

Em segundo lugar, o capitalismo de Weber é caracterizado pelo pressuposto de um "princípio norteador", sem nenhuma tentativa de explicação dos fundamentos - se houver algum - dessa estranha entidade metafísica. As consequências metodológicas dessa pressuposição são extremamente graves, pois sua adoção anula a possibilidade de uma pesquisa histórica abrangente sobre as bases reais do desenvolvimento do capitalismo. Em seu lugar, encontramos uma projeção a-histórica da forma desenvolvida que retrocede ao passado, já que o "princípio norteador" deve ser mostrado em todos os estágios. (Esta é a razão pela qual, em última análise, ele deve ser identificado com o "espírito do capitalismo", um tanto misterioso.) E as explicitações de We-

7. M. WEBER, "Objectivity" (1904). E.A. SHILS and Finch, H.A. (eds). In *The Methodology of the Social Sciences*, Free Press, Nova York, 1949, p. 99.

8. Ib., p. 91.

ber concorrentes ao relacionamento entre o "tipo ideal" e a realidade empírica são, nesse sentido, nada mais que uma "válvula de escape" ideológica para se resguardar de possíveis objeções a seu modelo geral.

Em terceiro lugar, o pressuposto contido na definição de "investimento de capital privado" como o princípio norteador do capitalismo, recalca convenientemente a questão absolutamente crucial do inter-relacionamento estrutural entre o capital e o trabalho. O termo conspicuamente ausente do tipo de discurso weberiano é, sem dúvida, "trabalho". E já que nenhum "espírito" - nem mesmo o "espírito do capitalismo" - consegue explicar a real constituição do capital (o "mechanismo" de sua constituição, por assim dizer), tais questões devem ser ou descartadas ou relegadas ao plano, intelectualmente secundário, de descrição de um determinado estágio da empiria. Portanto, é ideologicamente muito significativo que o "trabalho" não apareça no modelo geral. Porque se incomodar com os problemas espinhosos da "extração de mais-valia", se você tem, convenientemente, a seu dispor o "investimento de capital privado", de forma pré-fabricada, como o "princípio norteador" do capitalismo?

Em quarto lugar, enquanto o "trabalho" permanece conspicuamente ausente da equação social de Weber, a definição do princípio norteador do capitalismo como o "investimento de capital privado" proporciona, convenientemente, a justificativa necessária e a legitimação da persistência do modo de produção capitalista, contra as alegações opostas do trabalho apropriado. Que o capital privado é investido somente quando se prevê lucro - isto é, que o "princípio norteador" subjacente é lucro e não o investimento como tal - é fato vital, silenciosa e significativamente ocultado dos pressupostos contidos na definição de Weber.

Em quinto lugar, não é verdade de modo algum que o capitalismo se caracteriza pelo "investimento de capital privado". Como se sabe, o capitalismo é igualmente caracterizado por não se investir o capital excedente e, consequentemente, por crises periódicas e convulsões sociais. Ao tornar, a priori, o "investimento de capital privado" como o "princípio norteador" do capitalismo, Weber bloqueia, com êxito, uma área fundamental de pesquisa: especificamente um questionamento crítico do caráter extremamente problemático do tipo capitalista de investimento, na medida em que está necessariamente associado a crises e convulsões.

Em sexto lugar, é bastante impreciso descrever o capitalismo em geral como sendo caracterizado pelo "investimento de capital privado". Tal caracterização é válida - com as restrições feitas acima - somente para uma determinada fase histórica do desenvolvimento capitalista e, de forma alguma, como um "tipo ideal", no seu sentido weberiano. Ao enfatizar

o investimento de capital privado, Weber patrocina, de maneira acrítica, o ponto de vista subjetivo do capitalista individual, ao mesmo tempo deixando de lado uma das tendências objetivas mais importantes de desenvolvimento do modo de produção capitalista: a saber, o envolvimento sempre crescente do capital estatal na reprodução ampliada do sistema capitalista. Em princípio, o limite extremo desse desenvolvimento é nada menos que a transformação da forma prevalecente do capitalismo em um sistema abrangente de capitalismo estatal, que teoricamente acarreta a abolição completa da fase específica do capitalismo idealizado por Weber. Mas, exatamente em decorrência de tais implicações, essa tendência crucial de desenvolvimento deve ser excluída do quadro ideológico do "tipo ideal" de Weber.

E em último lugar, nem por isso menos importante: a definição tomada como um todo constitui um modelo completamente estático. Infelizmente, aqui não há espaço para entrarmos nos pormenores desse problema. Mostremos, simplesmente, que a eliminação do inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho e sua substituição pela entidade metafísica congelada, o "princípio norteador", exclui todo dinamismo do cenário. Assim, não sómente não haverá espaço para uma avaliação dinâmica da verdadeira gênese e desenvolvimento da formação social capitalista, como já vimos, mas também - e esse é o ponto no qual se torna óbvia a função ideológica do modelo estático - não haverá espaço para uma possível dissolução e substituição derradeira do capitalismo por um novo tipo de formação social. Não há vestígios de contradições dinâmicas no modelo; portanto, ele pode apenas abarcar as características estáveis da continuidade - desprezando completamente a dialética da descontinuidade - de um *status quo* prevalecente. Tal continuidade é simplesmente admitida sob a forma de um "princípio" já prevalecente e, uma vez que ela existe, não pode ser alterada, consoante o modelo estático weberiano. (Em breve, veremos a mesma abordagem estática para a questão estrategicamente importante do sistema administrativo da sociedade capitalista.)

A grosso modo, portanto, são esses os traços ideológicos que podemos detectar em uma única linha dos volumosos trabalhos de Weber, uma vez que não aceitamos simplesmente suas pretensões em seu valor declarado. Como vimos, não obstante sua consciência teórica da "tarefa elementar do autocontrole científico", Weber acabou por definir o capitalismo como "uma cultura na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado". A essa definição podemos opor a seguinte: "O capitalismo é um modo de produção caracterizado pela extração de mais-valia para efeito de produção e reprodução do capital em escala sempre cres-

cente". Fica para o leitor decidir qual das duas definições é mais "ideológica". Entretanto, deve ficar claro que elas não são complementares, mas diametralmente opostas uma à outra: o que absolutamente não seria o caso, se fosse válida a afirmação de Weber quanto ao caráter "puramente lógico" e "axiologicamente neutro" de seus "tipos ideais".

3 - O CARÁTER IDEOLÓGICO DOS "TIPOS IDEAIS"

Citemos uma outra passagem que talvez exemplifique bem mais contundentemente o caráter ideológico dos "tipos ideais" de Weber. A passagem em questão provém de suas considerações sobre a "burocracia" em *Wirtschaft und Gesellschaft*: "O dominado, por seu lado, não pode dispensar ou substituir o aparelho burocrático de autoridade uma vez que ele exista. É que essa burocracia se ressalda em treinamento técnico, em uma especialização funcional do trabalho e em uma *atitude* estabelecida para o domínio habitual e "virtuoso" de uma única função, mas, ao mesmo tempo, metodologicamente integradas. Se o funcionário pára de trabalhar ou se seu trabalho é forçosamente interrompido, resulta o caos e é difícil improvisar substitutos dentre os dominados que sejam capazes de controlar esse caos. Isso é válido para a administração pública bem como para o gerenciamento econômico privado. O destino material das massas depende cada vez mais do funcionamento estável e correto das organizações crescentemente burocráticas do capitalismo privado. Torna-se mais e mais utópica a idéia de se eliminarem essas organizações"⁹. É surpreendente ver Max Weber - que consegue ser tão rígido, sutil e preciso em contextos menos suscetíveis em termos ideológicos - produzir uma seqüência de afirmações tão plenas de incoerências, exageros míticos e declarações arbitrárias. Um exame mais acurado dessa passagem revelará que a "evidência" de Weber - e só posso usar o termo "evidência" entre aspas - está imprensada entre duas afirmações categóricas e inteiramente arbitrárias, a saber:

9. M. WEBER, *Essays in Sociology*, ed. H.H. Gerth and C. Wright Mills, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1948, p. 229.

(1) que "o dominado não pode dispensar ou substituir o aparelho burocrático, uma vez que ele exista"; e que

(2) "torna-se mais e mais utópica a idéia de se eliminarem essas organizações".

Agora, se tentarmos descobrir o que fundamenta a conclusão peremptória de Weber, encontraremos um único ponto que talvez se habilite: a declaração consoante a qual as organizações do capitalismo privado estão se tornando "crescentemente burocráticas". Porém, mesmo essa afirmação está envolta num postulado profético, que estipula o "funcionamento estável e correto" de tais organizações como um imperativo categórico (estritamente no interesse das "massas", é óbvio). O resto é mitologia conjugada com incoerência.

Tomemos, por exemplo, a afirmação categórica de que o dominado não pode substituir o aparelho burocrático de autoridade uma vez que ele exista. Nada endossa tal afirmação, a não ser o postulado mitológico do caos inevitável, no caso de ser "forçosamente interrompido o trabalho do funcionário", seguido da afirmação segundo a qual "é difícil improvisar substitutos dentre os dominados que sejam capazes de controlar esse caos". Mas, obviamente, o que poderia ser "difícil" não é absolutamente "impossível", o que é sugerido por "não pode". Assim, a afirmação categórica de Weber não sobrevive nem à sua própria tentativa de justificativa. Além do mais, se é difícil dispensar ou substituir o aparelho burocrático de autoridade pela "improvisação", talvez fosse um pouco mais fácil consegui-lo através do esforço continuado de planejamento e preparação de um sistema alternativo de controle do quadro contraditório do sistema social estabelecido. (Podemos nos referir aqui à idéia do "poder dual" e - embora embrionários - aos fatos sociétários a ele correspondentes.) Mas, evidentemente, se não há lugar para contradições objetivas no interior do modelo geral, também não poderá haver lugar para a manifestação de tais contradições.

Novamente podemos observar aqui o caráter integralmente estático dos tipos Ideais de Weber. A idéia que ressalda a permanência necessária do aparelho burocrático de autoridade é concebida sob a suposição implícita de que a separação prevalecente (ou alienação) entre a "técnica" e as "massas" está destinada a continuar como uma característica permanente da vida social. Consequentemente, mesmo as tendências dentro do quadro capitalista de desenvolvimento que conduzem a direções opostas - tendências já observadas por Marx mais ou menos sessenta anos antes das reflexões de Weber (isto é, ninguém pode nos acusar de censurarmos Weber por ignorar algo visível somente a partir da posição de observação de nossa própria época) - devem ser deixadas totalmente fora do alcance do modelo

4 - TEORIA E METATEORIA

Não pretendo, evidentemente, negar o mérito de Weber. A intenção das páginas anteriores não foi a de fazer um "balanço" do seu trabalho como um todo, mas um exame crítico sucinto das pretensões de validade de um dos princípios metodológicos de Weber mais influentes e fundamentais no contexto de nosso tema.

Como observamos, Weber se dispõe a construir um *instrumento neutro de análise* e acaba por produzir uma *arma ideológica* que - longe de ser "neutra" - torna-o capaz de descartar-se do adversário ideológico sem mesmo lhe dar ouvidos, e num terreno da própria escolha de Weber. No entanto, a questão persiste: isso seria o resultado de falha pessoal ou seria inerente ao próprio método? Em outras palavras: o programa é válido em si mesmo, independentemente da sua realização ideologicamente tendenciosa pelo próprio Weber?

A resposta me parece ser negativa, pela razão fundamental de que os instrumentos e métodos de análise social nunca podem ser radicalmente neutros em relação ao seu objeto.

Em princípio, o nível da "metateoria" não pode ser separado da teoria em si; é apenas enquanto momento da análise que ele pode ser separado assim; devendo, então, ser integrado novamente à *síntese global*. Isso quer dizer: a metateoria é uma dimensão integrante de toda a teoria e não um setor privilegiado, regido por princípios radicalmente diferentes. Não pode haver nenhuma teoria coerente sem sua dimensão metateórica própria e específica e, inversamente, não pode haver nenhuma metateoria - nem mesmo aquela dos alegados "tipos ideais" - que não esteja profundamente arraigada em um conjunto de proposições teóricas inseparavelmente ligadas a determinados valores sociais.

Os modelos e princípios da metateoria se constituem com o apoio de um determinado conjunto de dados já estruturados - isto é, especificamente avaliados - que, por sua vez, atuam como princípios gerais de toda seleção posterior e da articulação dos dados disponíveis. A recusa

em considerar as implicações ideológicas da elaboração de modelos "societários" resulta na transformação não intencional de um instrumento de análise em uma ideologia apoiada em si mesma. (Não é de modo algum fortuito que o século que produziu algumas das formas de ideologia mais autocomplacentes, a pretexto da supressão final de toda ideologia, viria a se vangloriar de ser "a era da análise".)

Isso significaria, então, que estamos defendendo uma posição relativista nessa questão?

Exatamente o contrário. Pois é, precisamente, a separação radical entre "metateoria" e teoria, entre "tipo ideal" e categorias da realidade empírica que, necessariamente, levam ao relativismo, visto que nenhum dos dois "domínios" teóricos, qualitativamente opostos, pode proporcionar critérios de avaliação da adequação do outro. Contudo, se concebermos seu relacionamento em termos de uma reciprocidade dialética, e ambos os níveis como inherentemente ligados às várias manifestações da própria prática social, a questão da "objetividade" não precisará nem ser colocada entre aspas, em constrangedor estilo weberiano, nem muito menos confinada ao campo do tipo ideal "puramente lógico". Em outras palavras, não haverá necessidade de se tentar o impossível: ou seja, a solução de problemas basicamente ontológicos no interior dos limites de critérios puramente epistemológicos.

Assim, estamos vislumbrando um sistema de constantes reajustes - um sistema de "feedback" recíproco - entre o nível metateórico dos "tipos ideais" e as proposições específicas de avaliação societária a ele relacionadas. O modelo abrangente ou "tipo ideal" é modificado, sempre que o confronto entre os vários conjuntos de avaliação societária e os fenômenos complexos da realidade social indicar a necessidade de um reajuste global, pois as proposições teóricas específicas apenas conseguem ir até onde o quadro geral da teoria lhes permite. Daí a razão pela qual o quadro geral não pode se estabelecer como um privilegiado juízo final, mas ele próprio necessita de uma constante reavaliação crítica com base nos seus resultados, comparados à imensamente complexa e dinâmica manifestação da totalidade social.

Isso significa que os conceitos e princípios que constituem o quadro geral da teoria social estão sujeitos aos mesmos critérios de objetividade e relevância que todos os outros elementos. Em outras palavras, dado o inter-relacionamento dialético dos vários níveis de pesquisa, a questão sobre o status ontológico do nível metateórico não pode ser desprezada sem que haja sérias consequências para o empreendimento como um todo. Pois, admitido que os

conceitos e princípios descritos como "tipos ideais" expressam um nível mais alto de generalidade do que os que refiram, por exemplo, o padrão de tomada de decisão em uma determinada comunidade cigana, isso não acarreta, em absoluto, que aqueles devam ser consignados a uma esfera radicalmente distinta, à qual se aplicam apenas considerações de "pura perfeição lógica". Se esse fosse o caso, não poderia absolutamente haver garantia da aplicabilidade e relevância do "tipo ideal" à multiplicidade de "dados empíricos". (E, de fato, a relação precisa entre as duas esferas permanece acentuadamente como um mistério no quadro weberiano de análise.)

Temos, portanto, de reivindicar a mesma objetividade para os conceitos como "classes e relações de classes" - descritos por muitos como "tipos ideais" - bem como para os conceitos que denotam um fato ou relações sociais específicas. Há, contudo, uma diferença significativa, pois aqueles conceitos abrangem as características estruturais fundamentais do objeto de pesquisa - seja ele "capitalismo" ou "burocracia" - e assim circunscrevem o quadro geral de investigação, ao passo que esses se articulam (com base nos conceitos estruturais abrangentes sempre inexplicáveis), sob a forma de referências mais ou menos diretas aos fenômenos sociais específicos imediatamente dados. Não importa; a questão é que os aspectos estruturais gerais dos fenômenos sociais não são de modo algum menos objetivos do que as manifestações fenoménicas diretas do intercâmbio social, mas, se o forem, o são apenas em maior grau. Os aspectos estruturais abrangem áreas e modalidades de intercâmbio e transição dinâmicos numa escala bem maior do que as conceituações imediatas dos dados fenoménicos e, consequentemente, podem apreender as tendências mais fundamentais e de longo alcance do desenvolvimento já em curso.

É por isso que no final não se pode separar a questão da objetividade do caráter dinâmico ou estático dos modelos societários e "tipos ideais". Os fenômenos sociais são inherentemente dinâmicos por serem partes integrantes de uma estrutura social global que necessita de uma forma ampliada de reprodução para sua existência continuada. (Podemos pensar na dialética de expansão das necessidades humanas e nas condições de satisfação da gama de necessidades em contínua expansão.) Assim, a construção de modelos estáticos e "tipos ideais" - em lugar de quadros inherentemente dinâmicos de explicação social - somente pode resultar em imagens ideológicas mais ou menos sofisticadas de intento objetivamente conservador.

5 - O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO DE HOMANS

Voltemos agora, por um momento, nossas atenções para um tipo de abordagem bastante diferente, que é bem exemplificado pelo pequeno livro do professor George Homans sobre *A Natureza da Ciência Social*. O autor é um determinista estrito de talhe behaviorista, e concebe as dificuldades enfrentadas pela ciência social principalmente em termos da enorme complexidade de se obter a média geral dos resultantes de ações individuais multiformes. É assim que ele descreve os problemas em suas conclusões: "Em muitas situações, e não somente em economia, podemos avançar muito na explicação do comportamento dos homens, considerando, até segunda ordem, como simplesmente dadas as estruturas institucionais no interior das quais eles atuam, mesmo se seu comportamento no interior das estruturas é eventualmente mudá-las. Ao explicarmos as instituições e as relações entre elas, nossa tarefa torna-se sempre mais fácil pela presença de poderosos processos convergentes. E no mais difícil problema de síntese, a explicação dos resultantes possivelmente divergentes de interações complexas entre indivíduos e grupos ao longo do tempo, o computador de alta velocidade acabou de chegar para nos ajudar. Ele não fará tudo por nós; ele não fará as perguntas certas - isso continuará sendo nosso trabalho - mas as respostas, na medida em que dependerem da mecânica de cálculo, o computador irá obtê-las para nós com uma velocidade que nenhum homem pode alcançar"¹². Logo, tudo se resume à proposição singularmente esclarecedora de que o computador de alta velocidade consegue computar em alta velocidade.

Mas, o que se espera exatamente que o computador proporcione, infelizmente permanece um mistério do princípio ao fim. O problema central das ciências sociais é definido como a demonstração de "como o comportamento dos indivíduos cria as características grupais" - uma proposição de fato muito duvidosa. Depois ele é mais especificado como a tarefa

12. G.C. HOMANS, *The Nature of Social Science*, Harcourt, Brace & World, Nova York, 1967, pp. 107-8.

de produzir "proposições psicológicas", com base na "pesquisa de pequenos grupos" diretamente observáveis. Os termos-chave são "conformidade" e "convergência": "No grupo limitado podemos realmente observar e explicar como ocorre o consenso, como o poder é exercido e como surgem os sistemas de status. Certamente, esses estão entre os mais convergentes dos fenômenos sociais, cuja compreensão profunda deve ser o nosso ponto de partida, se quisermos entender a natureza das sociedades mais amplas"¹³. Postula-se de modo significativo que as estruturas de grande escala exibirão essencialmente as mesmas características que grupos limitados geradores de conformidade, e tudo em perfeita consonância, é óbvio, com a "natureza humana", identificada pela psicologia behaviorista: ".../as proposições gerais de todas as ciências sociais são proposições da psicologia comportamental"¹⁴. Nesse ínterim - e essa é uma característica ideológica igualmente significativa - espera-se que consideremos as estruturas institucionais, no interior das quais os indivíduos atuam, "como simplesmente dadas, até segunda ordem": embora, naturalmente, "até segunda ordem" torne-se "para sempre", na medida em que é sistematicamente evitada a questão de quando e como examinaremos as estruturas institucionais como não "simplesmente dadas". A referência à economia - "a mais desenvolvida das ciências sociais"¹⁵, segundo é alegado, porque teve "a sorte de ter sido capaz de considerar as instituições como dadas"¹⁶ - nada mais prova do que os preconceitos ideológicos do autor. Pois, na medida em que a economia considera as instituições da economia capitalista como dadas, ela não é modelo de ciência social, mas meramente uma apologética ostensiva. E chega a hora da verdade, quando as receitas da pseudociência manipuladora fracassam miseravelmente: isso ocorre em ocasiões em que a estrutura institucional global da sociedade capitalista não pode mais ser considerada como "simplesmente dada", mas exige transformações maiores. Em tais ocasiões, observando o desempenho da sabedoria econômica, estabelecida em face dos problemas de inflação crescente, conjugados com o desemprego crescente (enquanto em seus livros "científicos" os dois fatores, como é suposto, deveriam estar necessariamente em proporção inversa), e também em face de outras manifestações igualmente confusas de "distúrbios econômicos", obtém-se a medida do valor "científico" do modelo de ciência social do professor Homans.

Mas há uma outra passagem do mesmo livro que vale a

13. *Ib.*, p. 108.

14. *Ib.*

15. *Ib.*, p. 29.

16. *Ib.*, pp. 49-50.

pena citar mais extensamente. É a seguinte: "Nas ciências sociais nossas únicas proposições são proposições sobre o comportamento individual. Muitas de nossas proposições agregadas somente são verdadeiras em termos estatísticos e válidas apenas em circunstâncias históricas-específicas/.../. Se essas condições são problemáticas para nós, cientistas sociais, há que lembrar que elas constituem uma grande vantagem para a humanidade, por proporcionarem aos homens a ilusão de escolha. Falo de ilusão porque eu próprio acredito que o que cada um de nós faz é absolutamente determinado/.../. A ilusão de livre arbítrio será preservada por considerações de custo, mas é uma ilusão vital. Se houvesse - mas não há - algumas leis macroscópicas sobre a sociedade, ao invés de leis individuais, válidas para quaisquer circunstâncias, a humanidade perderia a convicção, a qual, graças a Deus, parte dela preserva, de que pode, através do pensamento, mudar sua condição na forma que considerar melhor - mesmo se, por seus próprios padrões, nem todas as mudanças se revelem as melhores. O caso mais engraçado é o dos marxistas que, teoricamente, acreditam em leis macroscópicas convergindo inevitavelmente para certo resultado, mas não permitem que as leis produzam por si o resultado e insistem em ajudá-las no decorrer do processo"¹⁷. Não importa a apresentação bastante caricatural dada à posição marxiana. O aspecto importante é a declaração de que a idéia de uma escolha humana genuína é uma mera ilusão - ilusão essa a ser mantida por "considerações de custo". Assim, todo o empreendimento revela seu caráter pseudocientífico ao desejar integrar a ideologia da "ilusão do custo-efetivo", anunciada ostensivamente, às proclamações de científicidade rigorosa. Essa abordagem - que rejeitou a idéia de leis sociais abrangentes, em favor da posição do chamado "individualismo metodológico" - termina por defender o duplo padrão de auto-engano ideológico para a "humanidade" e "o gênero humano" e a sobriedade do determinismo absoluto para o "cientista social". E observe os non-sequiturs proposicionais com os quais essa idéia é cuidadosamente dissimulada: "Se houvesse - mas não há - algumas leis macroscópicas sobre a sociedade, ao invés de leis individuais, válidas para quaisquer circunstâncias, a humanidade perderia a convicção, a qual, graças a Deus, parte dela preserva, de que pode, através do pensamento, mudar sua condição na forma que considerar melhor - mesmo se, por seus próprios padrões, nem todas as mudanças se revelem as melhores". Ora, por que deveria a "humanidade" (subitamente estamos lidando com a "humanidade" e não com indivíduos, embora devamos ser "individualistas metodológicos" rigorosos), por que

17. *Ib.*, pp. 103-4.

deveria essa "humanidade" manter sua "convicção" ilusória de alterar livremente sua "condição", se há leis que se manifestam *indirectamente*, através de intermediários sociais complexos, ao invés de *diretamente*, na forma de um "determinismo absoluto" que domina cada um dos indivíduos? E por que a existência em si de leis sociais deveria, inevitavelmente, levar à perda dessas ilusões? Afinal de contas, as ilusões podem ser mantidas independentemente da existência dessas leis.

Além do mais, se a "convicção" mencionada acima nada mais significa do que mera ilusão, por que sua perda seria tão fatal? Por outro lado, se essa "convicção-ilusão" for um efetivo instrumento de mudança, não poderá ser apenas uma ilusão.

Além do mais, se as alegadas "determinações absolutas" estiverem de fato operando, seria necessário muito mais do que o mero exercício do "pensamento" para se alcançar a postulada mudança da "condição" humana. E, na última linha, a ideia de "mudanças para melhor" é novamente retomada de modo tibio, conjugada com duas orações lacrimejantes: ou seja, que "nem todas as mudanças se revelem as melhores" e não "por seus próprios padrões".

Presume-se que tudo isso reunido deva significar que, graças a Deus, vivemos no melhor mundo possível, embora, evidentemente, o melhor "não por nossos próprios padrões".

Preciso discorrer mais sobre o caráter ideológico dessa abordagem "científica"?

Teoricamente, seu defeito mais grave é a omissão total de todas aquelas *mediações complexas* que ligam o indivíduo a sua sociedade em seu conjunto. É desnecessário dizer que o sistema dinâmico de talas mediações não pode ser reduzido a "algumas leis macroscópicas", que operam com um atemporal "determinismo absoluto em qualquer circunstâncias". Ele não pode ser apreendido através de modelos mecânicos, nem através de médias, mas somente por meio da compreensão do inter-relacionamento dialético entre fatores subjetivos e objetivos, parciais e totalizantes, postulantes finais e instrumentais, individuais e institucionais.

O aspecto paradoxal do nosso ambiente social é que somos simultaneamente seus "autores" e, sem nenhuma cerimônia, - como resultado da alienação e da reificação - seus sujeitos dominados. Desse modo, a questão da escolha humana é inseparável de um exame crítico das condições sob as quais os homens se transformam em meros instrumentos para a realização de objetivos sociais

reificados. Consequentemente, enquanto a suposição de que as instituições sociais prevalentes possam ser "consideradas como simplesmente dadas" persistir como a premissa fundamental da "ciência social", o problema da escolha humana em si - e não apenas sua formulação ideologicamente tendenciosa - aparecerá apenas como uma "ilusão permanente".

6-A VISÃO DE COSER SOBRE AS FUNÇÕES DO CONFLITO SOCIAL

É totalmente impossível uma discussão adequada dos problemas por nós enfrentados sem uma identificação precisa dos determinantes ideológicos de várias teorias sociais. Do contrário, a análise fica inevitavelmente confinada ao nível da generalidade vaga e evasiva; tanto é, de fato, que a proclamada "superação" da tendência crítica tem se tornado tão marginal a ponto de ser quase completamente insignificante. Um exemplo instrutivo a esse respeito é o livro de Lewis Coser sobre *As Funções do Conflito Social*.

Ao mesmo tempo em que Coser, sem dúvida, pretende que o seu livro seja uma crítica e uma alternativa ao "conservadorismo" da análise social do tipo parsoniano, sua própria solução dos problemas se revela plenamente compatível com a abordagem criticada. E isso não é de forma alguma acidental, pois desde o início - dado seu fracasso total em identificar os determinantes sociais da ideologia parsoniana - ele dilui os termos de sua crítica a tal ponto que suas conclusões não podem ser outras senão complementares ao "conservadorismo" de Parsons. Para iniciar, ele cita, com aprovação reverente, as seguintes palavras de Charles H. Cooley: "Algum tipo de conflito é a vida da sociedade, e o progresso emerge de uma luta na qual o indivíduo, a classe ou a instituição procura realizar sua própria concepção do bem"¹⁸. Ora, se alguém desejar uma breve ilustração da "análise do conflito" em termos completamente desprovidos de conteúdo científico, eis o exemplo. Contudo, Coser fecha os olhos para as óbvias características não científicas da citação de

18. L. COSER, *The Functions of Social Conflict*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1956, p. 20. (A citação é de COOLEY, *Social Organization*, Scribner & Sons, Nova York, 1909, p. 199.)

Cooley, porque isso torna possível a idealização do que ele chama de "a geração anterior", em contraposição à "geração atual" (duas categorias transbordantemente científicas, aliás).

De modo semelhante, Coser censura Parsons por ignorar o ensinamento de Weber de que a "paz" nada mais é do que uma mudança ou na forma do conflito, ou nos antagonistas ou nos objetos do conflito, ou finalmente nas possibilidades de seleção¹⁹. Ele enfatiza, um pouco adiante, que o índice dos *Ensaio de Teoria Sociológica* de Parsons "contém dezesseis verbetes para 'pressão' e vinte verbetes para 'tensão'; no entanto, há apenas nove verbetes para 'conflito social', embora haja verbetes adicionais para conflito de valores e conflito emocional"²⁰. (Já que Coser torna esse ponto tão crucial, devemos completar seu quadro estranhamente seletivo acrescentando os verbetes que ele omitiu: a saber, "conflito de classe", "conflito ideológico", "conflito de interesses" e "conflito legal". Evidentemente, toda essa questão sobre os verbetes importa muito pouco, de qualquer forma. O que interessa, todavia, é que, uma vez que a investigação dos determinantes sociais fundamentais da ideologia criticada é evitada sistematicamente, o autor se restringe a problemas inteiramente secundários ou marginais, que ele, então, tenta desesperadamente agigantar até torná-los substanciais, com a ajuda de distorções evidentes.)

Tendo assim alcançado o nível de certeza matemática, Coser agora se vê apto a concluir que: "Enquanto, em geral, os homens da geração anterior se preocupavam com a mudança progressiva na ordem social, Parsons se interessa fundamentalmente pela conservação das estruturas existentes"²¹. Evidentemente, isso é nada mais que feticizar as palavras, pois, mesmo se encontrássemos noventa e nove verbetes para o "conflito social" no índice dos *Ensaio de Parsons*, ao invés de nove, os aspectos substantivos não mudariam em nada. É toda a cadeia de conceitos estreitamente interligados que indica a orientação geral de uma abordagem sociológica específica, e não a mera escolha de palavras (ou termos) alegadamente "progressistas". E uma única abordagem do "conflito de classe" pode ser tão characteristicamente marcada pelo viés de classe quanto um sem-número de abordagens. (Além disso, os verbetes do índice têm o objetivo de indicar os problemas discutidos, e não as soluções dadas a eles - além disso, ocorre que freqüentemente o índice é compilado por outra pessoa que não o autor.)

Não é verdade, absolutamente, que "os homens da geração anterior" se interessavam pela "mudança progressiva na ordem social", pois mesmo se, para efeito de argumentação,

19. COSER, op. cit., p. 21.

20. Ib., p. 22.

21. Ib., p. 23.

Ignorarmos que as generalidades dessa natureza são quase sem sentido, os próprios exemplos de Coser sobre "os homens da geração anterior" - Cooley e Weber - estão longe de fundamentarem a grande alegação de que eles se interessavam pela "mudança progressiva na ordem social". Mudança sim, mas não na ordem social. Pelo contrário, se interessavam pela "mudança adaptativa", que não afetaria as características estruturais fundamentais da ordem social estabelecida. Quanto à definição de "paz" dada por Weber - colocada entre aspas pelo próprio Weber - como "nada mais que uma mudança na forma do conflito" (que constitui uma paródia da definição paradoxal de guerra de Clausewitz, como sendo "uma mera continuação da política através de outros meios"), ela não poderia estar mais afastada do interesse genuíno pela "mudança progressiva na ordem social". Já Hobbes sabia que a ordem social capitalista se caracteriza pela "guerra de todos contra todos", e a variação análoga de Clausewitz e Weber sobre o mesmo tema meramente confirma a naturalidade dessa ordem social. Como vimos acima, Weber não apenas não defendeu nenhuma "mudança progressiva na ordem social", mas, pelo contrário, rejeitou desdenhosamente a defesa de tal mudança através do rótulo de "cada vez mais utópica".

Se Talcott Parsons parece ser mais conservador que "os homens da geração anterior", certamente não é em decorrência do caráter "progressista" inerente àquela geração. É verdadeiro afirmar, todavia, que mudanças significativas ocorreram nas "estruturas existentes" desde a época de Cooley e Weber; mudanças que obtiveram o devido reconhecimento na obra de Parsons. Em poucas palavras, enquanto o mestre confesso de Parsons, Max Weber, teorizava sobre o todo a partir do ponto de vista do capitalista individual, em consonância com o estágio de desenvolvimento das estruturas capitalistas, Parsons adotou ampla e conscientemente o ponto de vista das grandes corporações e - num estágio bem mais avançado da "sociedade industrial moderna" do que Weber pudesse mesmo sonhar - continuou a idealizar as estruturas do capitalismo das corporações. (Sua bíblia foi, desde o início, o livro de A.A. Berle e G. Means, publicado em 1932: *A Corporação Moderna e a Propriedade Privada*²².)

22. Ávido por achar provas para a solidez de seu "pensamento veleitário", que postulou o fim definitivo do antagonismo entre o capital e o trabalho na era da "sociedade industrial moderna" - "um pensamento veleitário" comparado por inúmeros "homens da geração contemporânea" - Parsons viu no material proporcionado por esse livro (reivindicando a "separação entre propriedade e controle" nas grandes corporações) a refutação final das teorias de Marx. Contudo, não poderia ser mais divertido que essa sugestão, pois foi exatamente Marx quem previu, bem antes de qualquer pessoa, a necessidade de tais desenvolvimentos, como inerentes às tendências de concentração e centralização do capital; tendências essas resultando na "inexorabilidade de uma lei natural" (Marx) nas estruturas corporativas do capitalismo.

Voltaremos em breve às teorias de Parsons.) Assim, embora sob formas diferentes e sob condições substancialmente diversas, tanto Weber como Parsons se preocupavam com a "preservação das estruturas existentes" - e não absolutamente com a "mudança progressiva na ordem social". É óbvio que - dado o crescente domínio das estruturas monopolistas das grandes corporações na sociedade capitalista como um todo - teria de haver uma troca característica de ênfase quanto ao *status* do "conflito" no esquema teórico de Parsons frente ao de Weber. Essa troca, contudo, não deveria se transformar numa idealização retrospectiva dos "homens da geração anterior" como paladinos de uma "mudança progressiva na ordem social".

A função principal dessa idealização é a legitimação - com o respaldo de respeitáveis autoridades do passado - do apelo bastante tímido de Coser ao "conflito institucionalizado", nos estágios derradeiros da guerra fria. Entretanto, uma vez que o apelo anacrônico à autoridade dos "homens da geração anterior" ignora exatamente as mudanças objetivas no organismo social que constituem os alicerces da ideologia parsoniana, tal apelo não consegue ir além de uma idealização bastante quixotesca de uma "sociedade aberta" mítica. E como essa sociedade, por sua vez, é ostensivamente identificada às estruturas existentes do capitalismo norte-americano, o livro de Coser torna-se a contrapartida romanceada do mais realista quadro parsoniano da sociedade, que o nosso autor, ingenuamente, acredita ter criticado. A ênfase agora é na "integração responsável" do conflito numa "sociedade aberta". É desnecessário dizer que nada poderia se revelar mais complementar às teorias de Parsons que tal concepção das "funções do conflito social". E os "homens da geração anterior" em questão se coadunam bem com esse exercício, exatamente porque nunca questionaram os fundamentos da ordem social estabelecida.

Uma peculiaridade adicional da concepção de Coser é que, na medida em que ele percebe as mudanças que ocorreram na sociedade capitalista americana desde a época de Cooley e Weber, ele o faz nos termos das mistificações do tipo Berle-Means-Parsons: ".../uma razão para a combatividade aparentemente menor, por parte dos administradores americanos nas lutas trabalhistas hoje, comparada à de cinqüenta anos atrás, encontra-se, talvez, na diminuição da crença na justiça absoluta da maximização de lucros, tanto na sociedade como um todo como na comunidade

avançado. Mas agora os resultados das tendências, por ele identificadas bem antes de sua maturação, supostamente enterrão para sempre suas teorias sobre o capitalismo e - sobretudo - sobre a necessidade (não confundir com alguma *Inevitabilidade mecânica*) de se estabelecer uma ordem social socialista.

de negócios em si"²³. De modo similar, ele aceita o modelo Berle-Means-Parsons de caracterização das grandes corporações ("as grandes empresas de negócios") nas quais, pretendidamente, "o lucro torna-se a única obrigação de uma atuação em favor da coletividade"²⁴. E esses não são, de modo algum, exemplos isolados. Assim, dada a adoção bastante confusa do quadro conceitual geral parsoniano, seria muito surpreendente que as tibias intenções críticas de Coser trouxessem à tona divergências fundamentais em suas respectivas abordagens.

Todos os conceitos-chave da análise de Coser se mantêm vagamente indefinidos. Ele não esclarece o que definiria a "mudança progressiva na ordem social" e nem mesmo fornece nenhum critério para o seu pretenso oposto, isto é, a "preservação das estruturas existentes". (O adjetivo "progressivo" é usado para desempenhar a função de conceito-chave no primeiro caso, e "preservação" no segundo. Ao mesmo tempo, não se fica sabendo nada sobre a natureza real da "ordem social" e das "estruturas existentes" sobre as quais Coser faz suas alegações.) São apresentadas "gerações" míticas ao invés de categorias sociológicas identificadas com uma descrição coerente das estruturas sociais (capitalistas) prevalentes. As tendências ideológicas, do mesmo modo, são meramente sugeridas em termos de generalidades vagas, ao invés de serem caracterizadas com referência às suas claras funções e cenário sócio-econômico - exceto, evidentemente, quando a crítica se dirige à teoria marxiana. (Veja, por exemplo, o capítulo sobre "A Ideologia e o Conflito", no qual os exemplos específicos fornecidos pelo autor giram totalmente em torno de um eixo antimarxista e toda a análise culmina na afirmação segundo a qual "O movimento marxista moderno dos trabalhadores exemplifica os efeitos radicalizadores da objetivação do conflito. Os alinhamentos ideológicos rígidos são mais passíveis de ocorrer em estruturas rígidas do que nas flexíveis e ajustáveis"²⁵.)

O termo "capitalismo" está visivelmente ausente e, em lugar de uma identificação sócio-econômica adequada de formações especiais, são apresentadas afirmações vagas e apologéticas como a seguinte: "A rigidez da estrutura de classes da Europa gerou a intensidade da luta de classes e a ausência de tal rigidez nos Estados Unidos favoreceu o pragmatismo do movimento operário americano"²⁶. Não é de se admirar, portanto, que toda a análise atinja o seu clímax

23. L. COSER, op. cit., p. 113.

24. T. PARSONS, *The Social System*, p. 246. Citado por Coser, com aprovação, na p. 176 do seu livro.

25. COSER, op. cit., pp. 118-119.

26. Ib., p. 176. Em termos teóricos isso é, evidentemente, um *non-sequitur*, pois um fator positivo - um fenômeno sócio-histórico específico americano - "explica-se" em termos de uma mera negatividade: uma falta ou ausência de

nas quase-tautologias das linhas conclusivas do livro, que vale a pena citar na íntegra: "Nossa discussão sobre a distinção entre os tipos de conflito, e entre os tipos de estruturas sociais, nos leva a concluir que o conflito tende a ser *disfuncional* para uma estrutura social na qual não haja nenhuma ou insuficiente tolerância e *institucionalização* do conflito. A intensidade de um conflito que ameaça 'dilacerar', que ataca a base consensual de um sistema social, relaciona-se à rigidez da estrutura. O que ameaça o equilíbrio de tal estrutura não é o conflito como tal, mas a própria rigidez, que permite que as hostilidades se acumulem e se canalizem em torno de uma *linha importante de clivagem* quando elas explodem em conflito"²⁷. Assim, o conflito é "*disfuncional*" se não puder ser "*institucionalizado*" (uma verdade demasiado profunda). E o conflito que não puder ser institucionalizado não é "conflito como tal" (se fosse, ele minaria o poder da quase-tautologia de Coser), mas "clivagem": isto é, a degeneração do conflito institucionalizável, devido à "rigidez" das "estruturas reguladoras" não-flexíveis. Em outras palavras, o "conflito", a "institucionalização" e o "consenso", todos se integram como que por necessidade (isto é, por necessidade tautológica - não empírica), e constituem o mundo alegremente funcional e tolerantemente flexível da "sociedade aberta" americana, ao passo que, por outro lado, a clivagem não institucionalizável e a falta de consenso são características do destino tristemente "disfuncional" das rígidas sociedades europeias (e agora, presumivelmente, da asiática, africana, latino-americana e, possivelmente, até a canadense). (Isso sem mencionar o fato de que, em anos recentes, "clivagens importantes" também surgiram no país-paradigma de "estruturas reguladoras flexíveis" - ou seja, nos próprios Estados Unidos da América.)

Graças a esse tipo de abordagem, então, tudo pode ser resolvido através de definições; se a primeira definição não for suficiente, alguma definição adicional ou redefinição pode sempre auxiliar (como "não o conflito como tal", mas "uma linha importante de clivagem" - que não é nada mais que um modo characteristicamente ideológico de se descrever "conflito de classe" e "antagonismo de classe"). O fracasso de Coser na identificação, em termos concretos, dos determinantes sócio-econômicos da ideologia parsoniana - um fracasso inseparável de sua adoção dos valores básicos inerentes àquela ideologia com relação à ordem social capitalista - resulta em categorias inteiramente destituídas de poder crítico. Então, sejam quais forem suas intenções origi-

uma característica 'européia' alegadamente estrita. A função ideológica, contudo, é inteiramente 'sólida' e bastante óbvia, pois aqueles que poderiam se preocupar estão seguros de que não precisam temer a "luta de classes" numa América que alega possuir 'estruturas flexíveis de ajustamento'.

27. COSER, op. cit., p. 157.

nais, Coser se mantém preso ao universo discursivo de Parsons. Ironicamente, ele louva as "funções positivas" do conflito social e as descreve como uma "função estabilizadora e integrativa nas sociedades abertas e grupos tenuemente estruturados", como um "freio contra o colapso do consenso", como um "reajuste das normas e relações de poder no interior dos grupos", como um "auxílio à revitalização das normas existentes", como um "mecanismo para a manutenção ou o reajuste contínuo do equilíbrio", e para a "retificação das condições de desequilíbrio", como as alianças preventivas numa "linha importante de clivagem"²⁸ etc., etc. E tudo isso em nome de uma "crítica" pretensamente "radical" do conservadorismo de Parsons.

7 - O ENRAIZAMENTO PRÁTICO DAS TEORIAS SOCIAIS

Isto nos leva a uma questão vital em termos metodológicos: a relação entre uma identificação adequada dos determinantes ideológicos de uma concepção específica e uma solução teórica adequada de um complexo de problemas em cuja formulação e articulação uma ideologia específica esteja envolvida direta ou indiretamente. Essa relação é basicamente de reciprocidade: quer dizer, por um lado, os determinantes ideológicos predominantes estabelecem limites definidos para as soluções teóricas requeridas, que simplesmente não podem ser alcançadas sem ao mesmo tempo se recuar, pelo menos até certo ponto, as fronteiras ideológicas originais; e por outro lado, as conquistas teóricas genuínas contribuem significativamente para uma superação ulterior dos limites ideológicos negativos de todo o complexo. (Deve-se enfatizar, todavia, que não estamos falando de um desenvolvimento direto e linear, já que um grande número de fatores adicionais deve também ser levado em consideração. Voltaremos a esse problema um pouco mais adiante.)

Ilustremos esse aspecto com um trecho de *O Capital*, de Marx. No capítulo sobre "A Mercadoria", Marx louva Aristóteles como "o primeiro a analisar diversas formas, tanto do pensamento, como da sociedade, ou da natureza, e, dentre

28. Ib., pp. 151-5.

elas, também a forma do valor". É assim que ele enfatiza as grandes conquistas e as limitações sócio-históricas de Aristóteles: "Em primeiro lugar, ele expõe claramente que a forma dinheiro das mercadorias é apenas o desenvolvimento posterior da forma simples de valor - isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria tomada aleatoriamente; pois ele explica -

5 camas = 1 casa
o que não se distingue de
5 camas = tanto dinheiro

Mais adiante ele explica que a relação de valor que dá origem a essa expressão torna necessário que a casa, quantitativamente, seja equiparada à cama, e que, sem essa equiparação, essas duas coisas evidentemente diferentes não poderiam ser comparadas como quantidades comensuráveis. A 'troca', diz ele, 'não pode ocorrer sem igualdade, e igualdade sem comensurabilidade'. Aqui, entretanto, ele pára e desiste da análise posterior da forma de valor. 'É, na verdade, impossível todavia, que coisas tão diferentes sejam comensuráveis' - Isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação só pode representar algo estranho à sua natureza real, consequentemente apenas 'um artifício para efeitos práticos'. O próprio Aristóteles, portanto, nos diz o que o impedi de continuar sua análise: foi a ausência de qualquer conceito de valor. O que é o igual, essa substância comum, que admite que o valor das camas seja expresso por uma casa? Tal coisa, na verdade, não existe, diz Aristóteles. E por que não? Comparada às camas, a casa efetivamente representa algo igual a elas, na medida em que representa o que é realmente igual, tanto nas camas quanto na casa. E isso é - trabalho humano. Havia, contudo, um fato importante que impediu Aristóteles de perceber que a atribuição de valor às mercadorias é meramente um modo de expressar todo o trabalho como trabalho humano igual e, consequentemente, como trabalho de qualidade igual. A sociedade grega erigiu-se com base na escravidão e, consequentemente, tinha, por sua base natural, a desigualdade dos homens e suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a saber, que todos os tipos de trabalhos são iguais e equivalentes, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, não pode ser decifrado até que a noção de igualdade humana já tenha adquirido a estabilidade de um pré-juízo popular. Todavia, isso é possível somente numa sociedade em que a grande massa do produto do trabalho assume a forma de mercadorias, na qual, consequentemente, a relação dominante entre homem e homem é aquela de possuidores de mercadorias. O brilhantismo do gênio de Aristóteles se mostra apenas por ele ter descoberto, na expressão do valor das mercadorias, uma relação de igualdade. As condições pecu-

liares da sociedade na qual viveu, de per si, impediram-no de descobrir o que 'em verdade' estava no fundamento dessa Igualdade²⁹. Portanto, o enraizamento prático da teoria de Aristóteles - sua relação com uma formação sócio-económica baseada na escravidão - 'impede Aristóteles de perceber' as condições objetivas da troca e o papel crucial do trabalho nesse todo complexo. Esse fracasso não é, todavia, meramente uma ausência. Melhor dizendo, a ausência de um conceito adequado de valor acarreta uma enorme lacuna em todo o quadro teórico, que deve ser preenchida de alguma forma. E, de fato, é preenchida por um mero postulado: o conceito de um "artifício para efeitos práticos", que pretende ser uma solução, enquanto, na realidade, não é nada senão uma evasão do problema em si. Pois a questão que se mantém sem resposta - ou seja, "como é possível um mero artifício funcionar com regularidade confiável?" ou, em outras palavras, quais são os fundamentos objetivos das transações práticas de troca? - não é apenas evitada, mas, pior ainda, retirada de foco pela pseudo-resposta: "artifício", declarando o problema como inexistente. Como resultado da introdução dessa pseudo-solução, toda a pesquisa teórica "descarrilha" e se transforma numa ideologia que se autofundamenta e cuja função principal não é a solução, mas o encobrimento (ou "dissolução") dos problemas que não se conciliam com as funções práticas da concepção aristotélica como um todo.

Obviamente, esse não é um elemento isolado na perspectiva geral de Aristóteles, mas uma parte integrante de uma rede emaranhada de conceitos. Não há espaço aqui para tentar uma demonstração pormenorizada. O único aspecto que podemos abordar se refere ao papel revelador que Aristóteles dá ao conceito de "natureza" (e "natural") em sua teoria social. Com relação à troca de mercadorias, ele declara que a equiparação envolvida em tais transações é "estranhamente à verdadeira natureza" dos bens trocados; e também, que o uso de uma mercadoria (ex.: uma sandália) para troca é um uso que não pode ser descrito como um uso "em seu modo natural": ou seja, de um modo correspondente à "verdadeira natureza" da coisa em questão. O critério fundamental de Aristóteles para a adequação do relacionamento social em todos os níveis - em termos tanto de instituições quanto de formas de domínio ou governo - é "naturalidade". Desse modo, a família é "a associação estabelecida pela natureza"; a comunidade aldeã é "a forma mais natural" de organização; o estado é "uma criação da natureza" etc. De modo semelhante, "o homem é por natureza um animal político", e "um instinto social é implantado em todos os homens

29. K. MARX, *O Capital*, vol. I, pp. 59-60.

pela natureza". Quanto às hierarquias sociais existentes, elas são descritas em termos de dois conceitos intimamente interligados: "escravidão por natureza" e "liberdade por natureza". E, evidentemente, formas radicalmente diferentes de domínio são estipuladas para as duas classes: "o domínio sobre os homens livres" em contraposição ao "domínio sobre os escravos", a fim de harmonizar os modos de governo com as normas da natureza, como indicam os conceitos de "escravidão por natureza" e "liberdade por natureza".

É altamente significativo que, na visão de Aristóteles, a forma estabelecida de relacionamento social, com todas as suas instituições, seja sancionada "pela natureza". Ademais, o fato alegado de ser sancionada pela natureza confere, ao mesmo tempo, o selo de absoluta aprovação à coisa em questão: "pois o que cada coisa é quando plenamente desenvolvida, chamamos de sua natureza...". Além disso, a causa final e o fim de uma coisa é o melhor³⁰. Desse modo, a necessidade ideológica sempre predomina ao declarar que algo existente - a família, a comunidade aldeã, o estado, a escravidão etc. - é "plenamente desenvolvido" e é "o melhor", de acordo com o enraizamento prático específico, em termos sócio-históricos, do sistema de conceitos de Aristóteles.

Contudo, quando emerge o fenômeno de troca de mercadorias, Aristóteles se detém nesse ponto, declarando-o "não natural" e se negando a condená-lo. Isso se torna ainda mais significativo, uma vez que ele não hesita nunca em expressar sua condenação, de modo não ambíguo, daquilo que em outra esfera ele considera ser "contra a natureza". Ele distingue o caráter dual da mercadoria (seu "valor de uso" e seu "valor de troca" - ou na própria terminologia de Aristóteles: seu "uso natural" e seu "uso não natural"). Além disso, ele observa que essa troca "não natural" de mercadorias como instituição é uma espécie de desvio à ordem social prevalecente. (Como, de fato, sua "verdadeira natureza" - ou "forma plenamente desenvolvida" - é bastante incompatível com tal ordem.) Todavia, como o fenômeno sócio-econômico da troca de mercadorias não representa uma contradição fundamental à hierarquia social existente - não apenas com relação a seu peso marginal no sistema global de produção, mas também porque seu impacto é inteiramente compatível com a estrutura de classe da sociedade, e afeta somente a sua forma específica, ao contrário do desafio dos que questionam a ordem social dada como tal³¹ - ele tanto a critica quanto acata. E soluciona a contradição subjacente, postulando o caráter "artificial" de todo o processo. Conseqüen-

temente, Aristóteles consegue manter sua concepção como um todo - centrada em torno de seu conceito de "natureza" - e, ao mesmo tempo, também integrando a ela, sem maiores incoerências, uma contradição que surgiu de modo prático no horizonte social.

O exemplo de Aristóteles mostra, de modo claro, que o fator ideológico não pode simplesmente ser extirpado da teoria social detectando-se os "conceitos ideológicos" inconvenientes. Pois toda teoria social que se preze constitui-se com base em - e em resposta a - uma situação histórica específica, que, como tal, requer a solução de um determinado conjunto de tarefas práticas. É óbvio que uma resposta coerente só pode ser concebível em termos de um sistema inteiramente interligado de conceitos - direta ou indiretamente orientados para a prática. Isso significa que os determinantes ideológicos atuam necessariamente em todos os níveis, através de todo o sistema em questão, e qualquer avanço numa determinada posição ideológica exigiria a modificação de todo o quadro conceitual dessa teoria social.

Deve-se enfatizar que nos preocupamos aqui com a dimensão fundamental de toda a teoria social, e não com elementos isolados (ou isoláveis). Os conceitos "descarrilhados" de Aristóteles constituem necessidades funcionais em seu sistema como um todo, apesar da aparente incoerência da fundamentação "não natural" dada à troca de mercadorias, como vimos acima. Pois é precisamente através do conceito "descarrilhado" de "artifício para efeitos práticos" que Aristóteles obtém êxito novamente na reconstituição da coerência interna de seu sistema. Desse modo, não há possibilidade de ele ter um conceito adequado de "valor", não apenas em decorrência de poderosas razões sócio-históricas (cf. os pontos enfatizados por Marx), mas também por determinações conceituais básicas. Todo o seu sistema seria completamente minado e, finalmente, estraçalhado com a introdução de um conceito adequado de valor.

É nesse último sentido que podemos contrastar com precisão a identificação correta dos determinantes sócio-históricos - a dimensão ideológica - da teoria social com a solução teórica de alguns problemas específicos em jogo. No caso de Marx, não foi suficiente realçar as raízes sociais da abordagem aristotélica. Ao mesmo tempo, Marx também teve de proporcionar uma solução teórica coerente para os problemas que derrotaram Aristóteles, dadas as limitações sócio-históricas e conceituais do conjunto de seu sistema. (De fato, pode-se até argumentar que a solução marxiana do problema do valor foi a condição necessária de sua identificação concreta dos determinantes ideológicos do sistema aristotélico. Aqui podemos verificar um mundo de diferenças entre a especificidade elucidadora de uma análise social, calcada

30. ARISTÓTELES, *Ethics*, livro I, cap. 2. Para as nossas citações anteriores, cf. ARISTÓTELES, *Políticas*, livro I, cap. 2.

31. É contra o último que ele declara seus princípios da "escravidão por natureza" e "liberdade por natureza".

numa solução teórica adequada dos complexos problemas envolvidos, e a aplicação *a priorística* de categorias sociológicas abstratas, que ocultam seu fracasso teórico por meio de recursos de rotulação acobertadoras.)

Independentemente do grau de correção em sua orientação geral, a crítica da Ideologia não é substituto para a solução dos problemas em si. A identificação das causas de um naufrágio não é o mesmo que a eliminação de tais causas das rotas da navegação futura. Qualquer complexo de problemas dados tem sua lógica interna, significando que - dado um certo número de condições previstas na formulação original - os problemas são, em princípio, suscetíveis de uma solução correta. A dimensão ideológica envolve tanto a formulação dos problemas em si quanto a elaboração de determinadas soluções para eles, pois a que, em princípio, é possível, somente se realiza se certos obstáculos forem previamente removidos. E é esse o ponto no qual claramente vemos a interpenetração de fatores ideológicos e teóricos. Em *O Capital*, Marx declara que: "Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores, e valores de uso para seus não-possuidores. Por conseguinte, elas todas precisam mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos é o que constitui sua troca, que as coloca em relação umas às outras como valores, e as realiza como valores. Desse modo, as mercadorias têm que se realizar como valores antes de poderem se realizar como valores de uso"³². Essa afirmação contém, resumidamente, uma das problemáticas centrais de *O Capital*, que pode ser "deduzida", desde que os conceitos operativos relevantes sejam "ativados" em seu sentido marxiano próprio. Mas, evidentemente, o problema do valor não pode ser formulado nesses termos - nem tampouco plenamente desenvolvido ao longo de elaborações subsequentes - sem a adoção da posição de observação sócio-histórica marxiana. A linha de abordagem de Marx, de acordo com essa posição de observação específica, traz consigo seus próprios princípios de seleção dos dados relevantes. Sem tais princípios, a "lógica interna" da citação acima não se torna manifesta, e o quadro geral - que é meramente delineado em nossa citação - não pode ser devidamente elaborado em seus pormenores.

A posição de observação sócio-histórica específica de Marx o habilita a apresentar soluções para os complexos problemas do valor que escaparam a seus predecessores, desde Aristóteles até os clássicos da economia política burguesa. Todavia, isso não significa que o sistema marxiano se coloca "acima da ideologia", pois toda teoria social é necessariamente condicionada pela situação sócio-histórica dos pensa-

dores específicos. E é exatamente o conjunto específico de determinações sócio-históricas que constitui a dimensão ideológica de toda teoria social, independentemente da posição de observação histórica dos pensadores específicos.

Ao contrário do que ocorre na ciência natural, os conceitos-chave da teoria social - sejam eles "homem" e "natureza", "indivíduo" e "sociedade", "cultura" e "comunidade", "escassez" e "excedente", "oferta" e "demanda", "necessidade" e "utilidade", "capital" e "trabalho", "propriedade" e "lucro", "status" e "interesse de classe", "conflito" e "equilíbrio", "polarização" e "mobilidade", "mudança" e "progresso", "alienação" e "revolução" etc., etc. - todos se mantêm como conceitos sistematicamente controvéridos e contestáveis. Além do mais, dado o inter-relacionamento dinâmico de todos os fenômenos sociais, independentemente dos aspectos específicos que estesjam sendo enfocados em qualquer período dado, em qualquer campo específico da pesquisa social, o que de fato está em jogo é sempre o inter-relacionamento complexo entre a questão específica sob exame e a totalidade constantemente mutável das relações sociais. (Em outras palavras, os conceitos da teoria social são sempre conceitos "totalizadores", mesmo quando aparecem sob forma grosseiramente distorcida através dos prismas, digamos, do "atomismo lógico", "individualismo metodológico" e similares. Esse caráter "totalizador", aliás, ajuda a explicar porque os conceitos fundamentais da teoria social permanecem sistematicamente contestáveis.) Além disso, tanto os princípios que regem o delineamento de um campo específico de pesquisa a partir da complexa totalidade dos fenômenos sociais, quanto os que determinam a seleção de um conjunto limitado de dados relevantes, tirados de um número virtualmente incontável de dados disponíveis, para a gama de problemas escolhidos, exigem sua justificativa a partir do conjunto do sistema de pensamento específico, contraposto aos sistemas alternativos do passado e do presente. (Os perigos de circularidade nessa conexão são auto-evidentes. Fugir da tarefa de justificação dos princípios fundamentais e pressupostos de um sistema dado leva vários cientistas sociais a sucumbirem a esse perigo³³.) E, novamente, os próprios objetos da teoria social - embora amplamente divergentes quanto à escala relativa de tempo - são todos sócio-históricamente específicos e limitados: de certo modo, eles são todos objetos "necessariamente em desaparição". (A necessidade histórica manifesta neles é, nas palavras de Marx, "*eine verschwindende Notwendigkeit*"; "uma necessidade em desaparição".) São essas algumas das principais razões pelas quais toda teoria social é condicionada sócio-históricamente, tanto em seus

32. K. MARX, *O Capital*, vol. I, p. 85.

33. Vimos alguns exemplos nos itens sobre Homans e Coser.

objetos quanto no modo específico de abordagem adotado por pensadores específicos, em suas tentativas de dominar os problemas de sua época.

A ênfase nesses aspectos não significa, absolutamente, que estejamos defendendo uma interpretação relativista da ideologia. O fato de que qualquer conjunto dado de problemas práticos necessariamente se vincule a uma situação sócio-histórica específica, não invalida em absoluto a questão de qual delas, dado um número de soluções alternativas, poderia reivindicar para si um grau mais alto de objetividade.

Para derrotar o relativismo, é de importância vital ter em mente todos os principais constituintes desse relacionamento complexo, e não apenas um deles, como ocorre no "marxismo vulgar" e igualmente no "sociologismo vulgar" - Incluindo muito da chamada "sociologia do conhecimento" - que se concentra unilateralmente na questão do ponto de vista social. Daí a razão pela qual insistimos no inter-relacionamento estreito de três fatores principais:

(1) um complexo específico de problemas aparece objetivamente/praticamente no horizonte social, independentemente da habilidade ou fracasso do pensador em solucionar o conjunto de problemas dados no interior dos limites do seu sistema (cf. Aristóteles);

(2) a "lógica interna" da problemática em questão, que não se pode separar da lógica objetiva de seus fundamentos básicos (cf. a definição de categorias de pensamento de Marx, como *"Daseinsformen"* - "formas de ser" -, que estão sujeitas às leis dinâmicas do desenvolvimento sócio-histórico. Novamente, a limitada apreensão de Aristóteles do problema do valor, teórica e conceitualmente, e não apenas socialmente, constitui um exemplo nítido);

(3) a interpenetração recíproca dos fatores teóricos e ideológicos em um sistema específico e, por conseguinte, a importância de uma posição de observação sócio-histórica mais elevada na superação das limitações de sistemas anteriores. (Isso significa que problemas e contradições de sistemas específicos devem ser identificados e solucionados, teoricamente, em termos de sua "lógica interna", além de se avaliar corretamente os determinantes ideológicos dos sistemas em questão.) Em contraste, uma insistência unilateral no papel determinante da perspectiva social resulta não apenas em hipóteses mecanicísticas grosseiras, mas também em uma incapacidade total em abordar questões tão importantes como a "mudança de perspectiva". (Eis a questão: como é possível para um pensador - como Marx, por exemplo - transpor os estreitos limites da classe original a que pertence.) Pois, se nossa hipótese de explicação das características peculiares de uma teoria social específica for a perspectiva sócio-económica do pensador, *em si e por si* apenas, não

há razão nenhuma para se admitir nem mesmo a possibilidade de uma mudança na fidelidade de classe, exceto como um ato integralmente *gratuito* e *irracional* de "conversão terrível"³⁴ - o que, naturalmente, não é, em absoluto, uma explicação. Também não pode haver nenhuma justificativa racional para a preferência por uma teoria - a articulação de uma perspectiva específica - a outra.

Karl Mannheim é um caso altamente esclarecedor nesse sentido. Ele tenta superar o determinismo mecânico e o relativismo da sua abordagem pela introdução da noção de "*intelligentsia descompromissada*" (*freischwebende Intelligenz*), supostamente a portadora da perspectiva adequada (não-relativista), por força do pretenso "fato empírico" de que "ela abarca em si todos aqueles interesses que permeiam a vida social"³⁵. Evidentemente, esse "fato empírico" nada mais é que um postulado fictício, "estabelecido" por postulados adicionais como, por exemplo, aquele em que o intelectual é "o defensor predestinado dos interesses intelectuais do conjunto"³⁶ (subitamente, "todos os interesses da vida social" transformaram-se nos "interesses intelectuais do conjunto", para os quais, sem dúvida alguma, o intelectual deve, por definição, ser eminentemente qualificado). E se indagássemos porque os "intelectuais descompromissados" se associam ao proletariado, por exemplo, obteríamos uma "explicação" esplendidamente tautológica: "Essa capacidade de se vincularem a classes a que originalmente não pertencem foi possível aos intelectuais porque eles conseguiram se adaptar a qualquer ponto de vista"³⁷. Agora o sabemos.

O problema dessa abordagem é que ela se constitui de postulados e pressupostos vazios no interior de um quadro estrutural de remissões recíprocas tautológicas. Já que a categoria-chave - "a *Intelligentsia descompromissada*" - é integralmente destituída de fundamentação empírica, o argumento deve, em todos os seus níveis, se escorar em pressupostos que levam a outros pressupostos, meros postulados tautologicamente transfigurados em "fatos sociológicos" (ou "fatos empíricos"). Além do mais, mesmo se, para efeito de argumentação, admitíssemos que a "*Intelligentsia descompromissada* abarcasse em si todos aqueles interesses que permeiam a vida social", tal fato em si não significaria absolutamente nada com relação aos modos pelos quais os interesses sociais conflitantes são enfrentados e resolvidos na realidade. E, com efeito, alguns parágrafos adiante nós seremos regalados com mais um outro postulado como "solução": "Sua [dos inte-

34. Cf. a citação de Keynes, relativa à na nota 45.

35. MANNHEIM, *Ideology and Utopia*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1936, p. 140.

36. Ib.

37. Ib., p. 141.

lectuais] função é penetrar nas fileiras das partes em conflito a fim de que sejam compelidas a aceitar suas exigências³⁸. A "função" em questão é bastante real. Mas não, conforme alegado, como um fato empírico "amplamente demonstrado" na história (nenhum exemplo, contudo, foi dado, apesar da "amplitude"). No entanto, ela é muito real e necessária no quadro do discurso de Mannheim, por preencher uma enorme lacuna na sua argumentação e por emprestar uma apariência de realidade à sua categoria-chave.

A função ideológica da "freischwebende Intelligenz" de Mannheim, que supostamente é capaz de "transformar o conflito de interesses em conflito de idéias"³⁹, é suficientemente óbvia. O que resta a ser indicado são as características teóricas e metodológicas fundamentais da estrutura de argumentação de Mannheim relacionadas aos nossos problemas. Já vimos como os postulados sucedem aos pressupostos, no quadro geral das tautológicas remissões recíprocas e dos pressupostos definidores, assim como os postulados são transfigurados em fatos sociológicos. Quanto à categoria-chave: a "*intelligentsia descompromissada*", com sua pretensa "orientação total"⁴⁰ - não é muito difícil reconhecer sua derivação do conceito lukácsiano da "perspectiva da totalidade"⁴¹. A diferença básica, entretanto, é que, enquanto Lukács enfatiza "a perspectiva da totalidade" como um princípio metodológico crucial, Mannheim o transforma numa entidade sociológica fictícia. E, enquanto o conceito da "perspectiva da totalidade" é e se mantém um princípio metodológico vital da ciência social, independentemente do uso específico que Lukács lhe atribui em *História e Consciência de Classe*, sua conversão apologeticamente voltada à "orientação total" da "*intelligentsia descompromissada*", como personificação e reconciliação absolutas de todo relativismo e dos conflitos sociais reais, torna-se um conceito totalmente incoerente. (Mas, evidentemente, ao alegar validade empírica para categorias que têm apenas *status metodológico*, Mannheim não é o primeiro nem o último no campo da teoria social. Desse modo, a importância do problema ultrapassa a crítica de sua abordagem específica.)

Como conclusão a essa parte, temos de enfatizar novamente que a identificação dos determinantes ideológicos de uma teoria social específica, embora correta, não constitui explicação e solução em si. Os problemas teóricos surgem com base em determinações sociais objetivas que são, em maior ou menor grau, "visíveis" a partir de uma multi-

plicidade de perspectivas sociais. E já que as várias problemáticas teóricas têm sua lógica interna, e já que o caráter totalizante da teoria social requer soluções abrangentes para os problemas em jogo, é impossível conceber o resultado teórico final simplesmente em termos de uma estrita determinação sociológica sem que sejam grosseiramente violados os conjuntos de inter-relações reais. Pois se, de um lado, a perspectiva sócio-histórica específica do pensador tende a determinar todo esse complexo de acordo com os interesses do grupo a que ele pertence em termos sociológicos, de outro, a lógica interna das várias problemáticas, referidas a seus fundamentos práticos, como também as condições metodológicas e teóricas da teoria social, no interior da qual ele desempenha sua tarefa, tendem a revelar os perfis problemáticos - de fato, até as contradições - de soluções muito estreitamente vinculadas àquele grupo social. Sejam quais forem suas limitações sócio-históricas, o pensador específico - caso seja um homem de significado e não um mero apologeta - será induzido a ir além das determinações sociológicas imediatas, a ponto de expor os aspectos problemáticos de certas relações sociais (cf. o reconhecimento de Aristóteles do caráter "não-natural" da troca de mercadorias), ou, num estágio histórico mais avançado - a identificar as contradições nelas envolvidas, mesmo se ele próprio for incapaz de oferecer uma solução adequada (cf. o relato de Ricardo sobre as contradições na teoria do valor, herdada de seus predecessores e posteriormente desenvolvida por ele). De fato, a percepção de algumas contradições importantes pode muito bem induzir alguns pensadores - como Marx e Engels, por exemplo - a procurar soluções em uma direção que necessariamente requer uma mudança na perspectiva social e na fidelidade de classe. Isso não significa, evidentemente, que as determinações de tal mudança surjam no interior da própria teoria. Elas surgem sobre a base de uma prática social imensamente complexa, em relação à qual a lógica interna da problemática teórica, profundamente arraigada a seus alicerces ontológicos - isto é, conjuntos coerentes de "Daseinsformen" sócio-históricamente específicas e relacionadas a dada configuração do "Dasein" social - constitui um aspecto vital. Nossa apelo, aqui, em oposição a algumas abordagens distorcidas, não é em prol de um tipo diferente de unilateralidade teórica, mas, pelo contrário, para que se acentue a importância de reconhecer e investigar a fundo a total complexidade dos fatores que constituem essas inter-relações dialéticas.

38. Ib., p. 142.

39. Ib.

40. Ib., p. 143.

41. Cf. LUKÁCS, *History and Class Consciousness*, Londres, Merlin Press, 1971 - sobretudo o ensaio 'The Marxism of Rosa Luxemburg'.

8 - A PERSPECTIVA SOCIAL DA IDEOLOGIA KEYNESIANA

Marx demonstra em seu *Grundrisse* que "somente quando a autocritica da sociedade burguesa teve início foi que a economia burguesa conseguiu entender as economias feudal, antiga e oriental"⁴². A importância metodológica dessa observação para a ciência social é fundamental, pois, se a compreensão das economias feudal, antiga e oriental exige uma atitude autocritica em relação à sociedade burguesa, torna-se fácil perceber a necessidade vital de uma instância radicalmente crítica para uma apreensão e demonstração adequada das contradições e leis internas do desenvolvimento da formação social a que o próprio cientista social pertence.

As consequências da desconsideração desse aspecto são de longo alcance. Na sociedade burguesa, "o capital é o poder econômico que domina tudo"⁴³, e uma atitude acrítica com relação a um poder tão abrangente inevitavelmente resulta em sistemas teóricos dominados por mistificações do *Dasein* burguês, sejam quais forem as intenções subjetivas de pensadores específicos em relação a algumas manifestações parciais desse poder. Um exemplo claro é J. M. Keynes. Ele não hesitou em se identificar totalmente com a perspectiva do capital: "Como posso adotar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o proletariado rude acima da burguesia e da *intelligentsia*, que, seja lá com que falhas, são, na vida, a prosperidade e, certamente, os portadores das sementes de todo o avanço humano? Mesmo se precisássemos de uma religião, como a poderíamos encontrar no refúgio confuso das livrarias vermelhas? É difícil para um filho educado, decente e inteligente da Europa ocidental encontrar aí os seus ideais, a menos que tenha primeiro sofrido algum estranho e terrível processo de conversão que tenha mudado todos os seus valores"⁴⁴. "Quanto à luta de classes como tal, meu patriotismo local e pessoal, como os de todo

42. K. MARX, *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Dietz Verlag, Berlim, 1953, p. 26.

43. Ib., p. 27.

44. J.M. KEYNES, *A Short View of Russia* (1925).

mundo, exceto alguns desagradáveis entusiastas, liga-se a meu próprio ambiente. Eu posso ser influenciado pelo que me parece ser justiça e bom senso; mas a guerra de classes me encontrará do lado da burguesia educada"⁴⁵. Depois dessa identificação com a burguesia, não é surpreendente descobrir que Keynes tem de se valer de uma repugnante pregação, quando descreve o que lhe desagrada no capitalismo: "Pelo menos por mais cem anos devemos fingir para nós mesmos e para todo mundo que o belo é impuro e que o impuro é belo", pois o impuro é útil e o belo não é"⁴⁶. A suposta fatalidade da regra de "utilidade" se opõe a um "dever" vago; uma indignação moral tornada completamente impotente pela associação de "impuro" a "útil" - "útil" significando "comerciável" ou "lucrativo"; uma mistificação típica que encobre o fato de que, numa sociedade de mercadorias, o valor de troca usurpa o lugar do valor de uso humano, pois a produção de bens é substituída pela produção de mercadorias comerciáveis - e pela postulação da inevitabilidade dessa associação.

De forma semelhante, Keynes declara em outro trabalho: "Começa-se a pensar se as vantagens materiais de manter os negócios e a religião em comportamentos diferentes seriam suficientes para se equilibrarem as desvantagens morais"⁴⁷. Como se a questão pudesse se resolver por meio de algum tipo de legislação moralmente esclarecida - um raciocínio categoricamente contradito pelo próprio relato de Keynes sobre o desenvolvimento sócio-econômico que - no espírito de um determinismo mecânico grosseiro - somente pode reconhecer o papel da "ciência e do juro composto". Desse modo, a questão moralizante se mantém como uma curiosidade inútil se a "consciência moral" e a "natureza humana" podem seguramente existir em universos separados: a primeira no mundo "noumênico" do transcendentalismo metafísico, e a última "nesse nosso mundo fenomênico".

O dualismo não mediado desse raciocínio é algo necessário. O desenvolvimento sócio-econômico tem de ser explicado como uma fatalidade da natureza ("utilidade", "a lei do juro composto", "técnicas produtivas" etc.), ao passo que os valores dominantes são considerados separadamente como "valores intrínsecos". O prático elo intermediário entre "fatos" (ou "técnicas") e "valores" - ou seja, as relações sociais de produção estabelecidas - deve permanecer não mencionado (e, dessa forma, a estrutura conceitual precisa ser rigidamente dualista), porque, ao ser destacado, se revelaria a

45. Id., *Am I a liberal?* (1925).

46. Alusão à peça *Macbeth*, de W. Shakespeare, em cuja versão portuguesa as bruxas dizem que "o bonito é feio e o feio é bonito" (Ato I, Cena 1).

47. Id., *Economic Possibilities for Our Grandchildren* (1930).

48. *A Short View of Russia*.

especificidade sócio-histórica (isto é, a "necessidade em desaparição") das relações burguesas de produção. Compreensivelmente, então, qualquer desvio da ordem burguesa deve ser explicado em termos de mistérios da religião. Citamos acima as observações feitas por Keynes sobre a "estranha e terrível conversão dos entusiastas" que se desligam da racionalidade, naturalidade etc. das perspectivas daqueles que são "na vida, a prosperidade e portadores das sementes de todo o avanço humano". A mesma estrutura de argumento se evidencia na sua abordagem das tendências sociais-a que se opõe: "Eu confio em um julgo - que, se o comunismo obtiver um certo êxito, ele o alcançará não como uma técnica econômica desenvolvida, mas como uma religião.../. Não acho que ele contém, ou possivelmente conterá, qualquer técnica econômica útil que não conseguissemos aplicar, se quiséssemos, com igual ou maior êxito numa sociedade que guardasse todas as marcas, não diria do capitalismo individualista do século XIX, mas dos ideais burgueses britânicos"⁴⁸. Assim, o problema pode ser pré-julgado "confiantemente" - já em 1925, quando essas linhas originalmente apareceram - através de apriorismos, pois, se uma "técnica econômica" alternativa não pode ser usada pela economia burguesa, então não é uma "técnica econômica útil", mas sim um elemento religioso. Ao mesmo tempo, o caráter histórico - isto é, mutável - das relações sociais capitalistas de produção podendo ser convenientemente transfigurado em sistema de "técnicas econômicas úteis", temos, evidentemente, sua própria justificativa. O que desaparece nessa justaposição de "fato e valor", "comércio e religião", "técnica e ideal", "técnica e religião" etc. é exatamente o intermediário vital das relações sociais de produção. (Podemos observar aqui a função ideológica da fusão da "estrutura" específica, em termos sócio-históricos, em "função" atemporal.)

A "técnica como tal" é, evidentemente, compatível com os diferentes sistemas sociais de produção. Contudo, à medida que as técnicas econômicas ou produtivas estejam encravadas numa estrutura específica de relações sociais - o que sempre acontece em maior ou menor extensão - elas não serão compatíveis com um sistema antagônico de produção. É por isso que Keynes, de modo significativo, tem de acrescentar, à sua afirmação sobre a pretensa neutralidade da "técnica", duas ruidosas válvulas de escape: "técnicas econômicas úteis" e "se preferíssemos aplicá-las".

Esse tipo de raciocínio habilita todos aqueles que argumentam a partir da perspectiva do capital a representar seu comprometimento valorativo fundamental, sua auto-identificação com as relações sociais estabelecidas de pro-

48. Ib.

dução, como uma aprovação puramente racional e "neutra" de "técnicas econômicas úteis" (ou de teorias baseadas em "fatos científicos", "modelos descritivos", "normas pragmáticas", "fatos sociológicos", "observações empíricas" etc., etc.) e a tratar sumariamente todas as abordagens antagônicas - principalmente aquelas que ousam focalizar a atenção sobre as relações sociais de produção, que conspicuamente não são mencionadas - como "entusiasmo", "religião", "conversão estranha e terrível", "refugo confuso das livrarias vermelhas", "ideologia" e outros.

9 - A IDEOLOGIA DA "TEORIA GERAL" PARSONIANA

O caso de Talcott Parsons é igualmente significativo, embora de forma bastante diferente, pois, ao contrário de Keynes, ele se abstém de adotar uma postura abertamente moralista. Sua auto-identificação com a perspectiva do capital (como vimos anteriormente: com o capitalismo das grandes corporações) é tão completa quanto suas pretensões de proporcionar uma "teoria universal da ação". Todavia, uma vez que (estritamente a favor do interesse da "universalidade", é óbvio) o predomínio maciço da parcialidade capitalista deve ser ocultado sob grossas camadas de elaborada verborragia mistificadora, o resultado teórico das tentativas de Parsons é, com efeito, uma "análise estrutural-funcional" das "estruturas universais" da reificação burguesa e das "funções" da vida, apologeticamente definidas como autoperpetuadoras e confinadas "no interior do quadro de referência da ação" da sociedade de mercadorias alienada.

Tomaria muito espaço tentar uma crítica pormenorizada do sistema de Parsons, uma vez que, para atravessar a grossa crosta de verborragia confusa até atingir o cerne de suas avaliações genéricas, exigir-se-ia a multiplicação do tipo de "traduções" admiravelmente feitas por C. Wright Mills, em *A Imaginação Sociológica*⁴⁹, numa escala menor. Mas a limitação de espaço obriga a nos concentrar, ao invés, em poucos temas centrais.

49. Cf. cap. 2. ("Grand Theory") do livro de C. Wright Mills.

Como corretamente enfatiza C. Wright Mills, a "grande teoria está embragada pela sintaxe, cega em relação à semântica/.../. Os grandes teóricos se preocupam tanto com significados sintáticos e são tão desprovidos de imaginação a respeito de referências semânticas e tão rigidamente confinados a níveis altíssimos de abstração, que as tipologias que eles elaboraram - e o trabalho que têm para as elaborar! - parecem mais um jogo árido de conceitos do que uma tentativa de definir sistematicamente - o que quer dizer, de forma clara e organizada - os problemas em jogo e direcionar nossos esforços à solução deles"⁵⁰. Contudo, não constitui explicação a afirmativa de que "em *O Sistema Social*, Parsons não conseguiu assimilar o trabalho da ciência social, por estar possuído pela idéia de que o modelo de ordem social que construiu é uma espécie de modelo universal; porque, de fato, ele transformou os seus conceitos em fetiche"⁵¹. É irrelevante a discussão se são vários ou um único modelo, pois, se o modelo em questão é construído em estado de "embraguez sintática" associada à "cegueira em relação à semântica", ele é inútil, tanto isoladamente quanto na companhia de muitos. Além disso, a coordenação e unificação de modelos parciais num quadro abrangente - embora, evidentemente, "aberto", tanto histórica quanto estruturalmente⁵² - torna-se uma exigência metodológica vital de todos os sistemas de teoria social.

Parsons fetichiza seus conceitos não pelo fato de "estar possuído pela idéia" de ter construído um modelo universal - uma sugestão idealista - mas porque *torna como pressupostos os fetichismos e reificações* (o estágio dado do *Dasein* burguês) que constituem os alicerces práticos de seus modelos teóricos. Desse modo, Parsons deve ser criticado não pelas idéias - embora ilusórias - que possivelmente teve sobre suas próprias realizações, mas pela natureza apoloética das realizações em si.

Podemos ilustrar tal aspecto com alguns conceitos-chave de Parsons, conforme apresentados em *Economia e Sociedade*⁵³: trabalho no qual a sua habitual falta de inteligibilidade esteja talvez menos evidente. Infelizmente, torna-se necessário começar por uma longa citação. Mas podemos dizer a seu favor que ela mostra, bem nitidamente, o méto-

do pelo qual as características sócio-históricas específicas da particularidade capitalista se inflam em grandiosos chavões apologéticos da "teoria geral parsoniana dos sistemas sociais no inferior do quadro de referência da 'ação'". A citação diz: "Resumamos o modelo de mudança institucional como uma série de etapas lógicas num ciclo de mudança. (1) O processo se inicia por uma combinação de 'insatisfação' com as realizações produtivas da economia ou seus setores relevantes e um senso de 'oportunidade' em termos da disponibilidade potencial de recursos adequados à conquista de níveis mais altos de produtividade. (2) Surgem sintomas de distúrbio sob a forma de reações emocionais negativas 'injustificadas' e aspirações 'irealistas' por parte de vários elementos da população. (3) Ocorre um processo veiado de controle dessas tensões e de mobilização das motivações para novas tentativas de realização das implicações do padrão de valor existente. (4) Encontra-se em locais importantes uma aceitação da proliferação de 'novas idéias', sem a imposição de uma responsabilidade específica para a sua implementação e para se 'assumirem as consequências'. (5) São feitas tentativas positivas para se atingir a especificação das novas idéias, que se tornarão objeto de comprometimento dos empresários. (6) Executa-se a implementação 'responsável' de inovações por pessoas ou coletividades assumindo o papel de empresários, ou premiadas por lucro empresarial ou punidas por fracaso financeiro, dependendo da aceitação ou rejeição das inovações por parte dos consumidores. (7) Os ganhos resultantes da inovação são consolidados por sua aceitação como parte do padrão de vida e são incorporados às funções de produção de rotina. Nessa fase final, o novo 'modo de fazer as coisas' se institucionaliza como parte da estrutura da economia.

"Sugerimos a seguinte 'tradução' aos termos da separação de propriedade e administração na estrutura de corporações da economia americana. (1) Houve uma insatisfação difusa dos elementos responsáveis no mundo empresarial com o modo com que funcionava o sistema de corporações 'controlado pelo proprietário', sob o ponto de vista da maximização da produtividade, e uma sensação indireta de que o suprimento de capital não dependia inteiramente da manutenção do *status quo*. (2) Surgiram sintomas de distúrbios; por exemplo, a visão 'tecnológica' das consequências destrutivas das negociações (Sistema Veblen dominado pelo proprietário), interferindo na 'eficiência': exageros utópicos dos resultados a serem obtidos através do abandono total dos 'negócios', que passam a ser puramente 'tecnológicos'. (3) Descobriram-se atitudes permissivas de apoio com relação às objeções ao sistema 'capitão da indústria' e em relação ao utopismo oposto. (4) Ganha proeminência relativa a 'nova empresa'

50. C.WRIGHT MILLS, *The Sociological Imagination*, Penguin Edition, pp. 42-3.
51. *ib.*, p. 58.

52. Aqui é onde percebemos a importância do princípio metodológico de Lukács: "a perspectiva da totalidade", mencionado acima.
53. T.PARSONS e N.J.SMELSER, *Economy and Society: A Study In the Integration of Economics and Social Theory*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1956. Já que freqüentemente se enfatiza no livro que Parsons é "o Autor Senior", e já que todos os conceitos importantes são retirados do seu sistema geral, em nome da concisão, passamos a referir, a partir de agora, esse livro apenas com o nome de Parsons.

de organizadores do mundo das corporações, por exemplo, US Steel depois de Carnegie-Morgan, General Motors depois de Durant e Standard Oil depois de Rockefeller. (5) Surgem novas práticas financeiras, tentando se 'libertar' do antigo controle capitalista familiar; por exemplo, a livre venda de ações ao público em geral, as práticas de controle minoritário, a companhia *holding* etc. Ao mesmo tempo, há um rápido desenvolvimento tecnológico e organizacional da empresa para uma espécie de 'império' em si. (6) Segue-se uma nova onda de lucros, mostrando que o sistema pode operar sob as novas condições. Por exemplo, a receita das Standard Oil Companies pós-Rockefeller tem sido muito maior do que a fortuna Rockefeller. (7) Consolida-se a nova posição pela sua rotinação, principalmente pela volumosa produção de novos artigos para um público consumidor de alta renda; a 'nova economia' se torna independente tanto da 'exploração do trabalho' precedente quanto do 'controle capitalista' precedente. Há, portanto, em termos abrangentes, um estreito ajuste encorajador entre o esboço do nosso modelo teórico e os fatos empíricos de uma mudança recente na estrutura da economia americana. Obviamente esse é um mero ponto de partida para explorações mais intensivas desse e de outros casos⁵⁴.

Não há espaço aqui para considerar a presente passagem nos inúmeros fragmentos, como seria devido. Consideremos apenas algumas de suas características mais marcantes.

É interessante notar que exatamente sete pequeninos comportamentos perfazem a "série de passos lógicos parsonianos" e que os alegados "fatos empíricos" encaixam-se com prontidão, exatamente nos sete pequeninos comportamentos. Além disso, como nos é mostrado no rodapé da página 271, "O número e a ordem dos passos envolvidos nesse processo correspondem àqueles postulados por Parsons e Bales, em seu paradigma de um ciclo de internalização de um padrão de valor no processo de socialização (cf. *Família, Socialização e Processo de Intereração*, capítulo VII). Percebemos que essa correspondência não é fortuita, mas advém de certas condições gerais e características do processo de mudança estrutural em sistemas de ação. Que "elegância"! Que "economia"! A única dificuldade remanescente é que os sete pequeninos comportamentos preenchem-se com tal perfeição lógico-empírica que não pode haver neles lugar para fatores como "guerra", "imperialismo", "exploração colonial", "antagonismo de classe", "crise econômica" etc., etc., que, caso contrário, talvez pudesssem ajudar na explicação das mudanças que ocorreram "na estrutura de corporações da economia americana".

54. Ib., pp. 270-2.

O relato parsoniano do "ciclo de mudança" se baseia na substituição dos fatores estruturais objetivos por categorias subjetivas mistificadoras, como "reações emocionais negativas", "atitudes empresariais", "sentimentos indiretos" (sejam quais forem), "utopismo e utopismo oposto"⁵⁵ e outros. Também, vez por outra, Parsons se parabeniza pela proximidade com que seus paradigmas e a "série de passos lógicos" se encaixam no mundo do capitalismo de corporações - embora sua colocação não seja bem assim (ele a chama de "estreito ajuste entre nosso modelo teórico e os fatos empíricos" etc.) e não oferece outra explicação além da perfeição implícita de seus modelos teóricos. A pura verdade, contudo, é um pouco mais prosaica. Os "fatos" se ajustam a seus modelos porque eles são "traduções" abstratas dos "fatos empíricos" do capitalismo de corporações, vistos da perspectiva do capital monopolista. É por isso que a representação dos fatos disponíveis deve ser tão patentemente seletiva. É por essa razão que ele consegue "retraduzir" com tal facilidade os "passos lógicos" de seu "paradigma" em seqüências empíricas de acontecimentos e "mudanças estruturais" - altamente seletivas! (Embora, naturalmente, como um nobre idealista, ele esteja convencido de que seus "paradigmas" vêm em primeiro lugar e os "fatos empíricos" se obsequiam em seguida.) E é por isso que a prometida "exploração mais intensiva deste e de outros casos" nunca ultrapassa a mera repetição dos inflados chavões da apologética parsoniana.

Para efeito de demonstração, vamos lidar de modo resumido com três pontos intimamente inter-relacionados. (1) A ausência total de explicações causais nos pontos-chave da análise. Os membros específicos da seqüência simplesmente "surgem", "são encontrados" etc. - como se saíssem de uma grande cartola. Aliás, a função apologética básica da "série de passos lógicos" parsoniana é criar a aparência de "necessidade interna" (melhor: "necessidade lógica") para um estado de coisas - uma "mera contingência", se é que jamais houve alguma - que é simplesmente suposto ("como simplesmente dado"), ao qual é conferido o *status de absoluta necessidade*, e é projetado no "paradigma" que, por sua vez, prontamente se presta a ser retraduzido na seqüência pseudocausal. Por que e como a "insatisfação", os "distúrbios", as "idéias novas", as "inovações", as "novas práticas financeiras" etc. surgem exatamente; por que o processo global deveria se consumar afortunadamente numa "nova onda de

55. É difícil de acreditar, mas isso é a 'prova' do que é chamado de "Utopismo Oposto", conforme nos proporciona a nota de rodapé na página 272: "Anna Lee Hopson, num estudo sobre os romances mais vendidos no início do séc. XX, encontrou que o herói cede com relutância às influências e é geralmente recompensado pelo amor idealista da heroína, que normalmente é a filha de um homem perverso". Cf. Anna Lee HOPSON, *Best Sellers, Media of Mass Expression*, tese de doutorado, Radcliffe College, 1952.

"lucros", ou, a esse respeito, por que o fenômeno do lucro deveria ser associado a um caráter de onda; e por que o padrão subjacente a todo o processo deveria ser cíclico, postulando assim a necessária reprodução das relações de produção estabelecidas em qualquer "novo equilíbrio", todas essas perguntas não encontram lugar na terra do paradigma de Parsons. Afinal de contas, o objetivo geral desse "paradigma" é *a priori* expulsar tais dúvidas de campo - juntamente com todas as suas possíveis implicações práticas.

(2) Qualquer coisa, obviamente, é possível num mundo allacerçado nas "estruturas" da pseudocausalidade parsoniana. E, aliás, um dos subpostulados do modelo geral é a "soberania do consumidor". (Elá aparece proeminentemente, nesses exatos termos, à página 160 e em outros lugares no livro.) Com efeito, somos informados de que todo o processo depende da "aceitação ou rejeição das inovações por parte do consumidor". Ainda, o "passo lógico" seguinte - e último - da fábula paradigmática fala apenas da "aceitação": a possibilidade de "rejeição por parte do consumidor" desaparece magicamente do cenário. Mas isso é tal como deveria ser - exceto para a pretensão de que a aceitação institucionalizada é o estágio "final" de um sistema prévia e amplamente aberto de alternativas genuínas. Aliás, esse não pode ser o caso, nem mesmo na própria demonstração de Parsons, pois, se a aceitação como tal é a condição necessária da "fase final" - já que a falta de aceitação minaria e destruiria todo o paradigma cíclico do nosso autor, sabe-se lá com que consequências cataclímáticas para seus "fatos empíricos" - então a possibilidade de uma rejeição no estágio anterior deve ser uma noção completamente vazia: em outras palavras, uma ficção paradigmática. O que torna a idéia de "soberania do consumidor" - "aceitação ou rejeição" - uma mera ficção retumbante é a própria natureza do sistema cíclico auto-reprodutor em si, o que é totalmente inconcebível - como Parsons mesmo admite no final - sem a institucionalização da aceitação e, como consequência, sem a efetiva anulação de sua alternativa. E já que a aceitação institucionalizada - a verdade prosaica da altissonante "soberania do consumidor" - é uma necessidade estrutural do próprio sistema (novamente, Parsons mesmo admite isso), a questão de uma alternativa genuína (isto é, a "rejeição" como um termo significativo) diz respeito ao sistema como tal, e não à possibilidade de escolhas parciais isoladas bem no interior das fronteiras do sistema. Se, contudo, a questão das alternativas genuínas for relacionada à estrutura do sistema, no interior do qual o consumidor individual - o "soberano" de Parsons - for irremediavelmente capturado, a rejeição efetiva é concebível apenas externamente: uma possibilidade excluída *a priori* pela funcionalidade "equilibradora" autoperpetuante do

sistema parsoniano. E, além disso, se o "indivíduo" for necessariamente capturado pela estrutura de aceitação institucionalizada no interior da qual está situado, uma alternativa genuína para o sistema necessariamente exige tanto um sujeito coletivo como um sujeito cuja "soberania" não se confine à esfera do mero consumo. Mas, exatamente por essas razões é que Parsons tem de trabalhar com as categorias da mistificação subjetiva, postulando a (fictícia) soberania do consumidor individual como um "fato empírico", alegando derivar dela a "fase final da aceitação institucionalizada", o que, aliás, ele tornou como suposto o tempo todo: de fato, desde o início, ele a considerou como o clímax necessário - os idênticos ômega e alfa - do seu "ciclo de mudança estrutural". Os "passos lógicos" das deduções e derivações de Parsons são, assim, violações grosseiras da lógica. Como vemos, todavia, os pontos questionáveis não são simplesmente "erros" e "confusões" lógicas - embora seja bastante confusa a substituição de fatores subjetivos por objetivos e de esferas de ação individuais por coletivas - mas exigências necessárias de um sistema teórico estruturado como uma apologética reificada das relações de produção estabelecidas.

(3) Graças ao pretenso quadro de pseudocausalidade e graças à confusão sistemática de fatores subjetivos e objetivos, bem como de esferas individuais e coletivas de ação, como uma consumação final da "tradução empírica" de Parsons, somos blindados com essas linhas: "a nova economia" se tornou independente tanto da 'exploração do trabalho' precedente como do 'controle capitalista' precedente". O milênio pós-capitalista ("equilíbrio"), dessa forma, chegou para ficar. Nosso irresistível impulso ao regozijo é contido apenas pelas perturbadoras aspas. Primeiro, ficamos ligeiramente ansiosos quando pensamos que a "nova economia" não seja talvez uma nova economia afinal de contas, na medida em que foi colocada entre aspas. Segundo, ficamos bastante surpresos ao saber que a "nova economia" se tornou independente tanto da "exploração do trabalho" precedente quanto do "controle capitalista" precedente: nunca fomos informados antes de que ela fosse dependente deles, nem tampouco de como a milagrosa mudança foi efetuada tão subitamente. Os problemas potencialmente explosivos "aparecem", estranhamente, apenas no momento de seu mágico desaparecimento do panorama equilibrado; além do mais, o "capitalismo" - sem mencionar a "exploração do trabalho" - aparece no livro entre aspas. Tais problemas não parecem ter um status ontológico próprio. (Obviamente, eles são invenções de um certo Karl Marx, que é "refutado" em várias partes desse duto livro, e aparecem na passagem da qual estamos falando.) E tudo culmina, infelizmente, numa proposição não muito tranquillizadora sobre a natureza do milênio

pós-capitalista de Parsons. Ou seja, que a nem tão nova economia é apenas "independente" das entidades irreais entre aspas, e que mantém a verdadeira substância - exploração do trabalho e controle capitalista - em volume maior do que anteriormente. O que em linguagem clara quer dizer que, ao final de nossa longa e árdua jornada lógico-empírica, voltamos ao comportamento número um do ciclo realmente circular da "mudança estrutural" de Parsons⁵⁶.

Mesmo assim, a jornada em si não foi, de forma alguma, inteiramente perdida, pois agora compreendemos claramente que o "fato notável", que Parsons só podia relatar com grande deslumbramento, não é tão notável assim, afinal de contas. "O fato notável, em suma, é a correspondência - categoria por categoria - entre as estabelecidas classificações econômicas dos fatores de produção e das parcelas da renda e uma classificação das categorias de *in-put/out-put* dos sistemas sociais, a que se chegou trabalhando independentemente no nível da teoria geral, sem ter de forma alguma em mente as categorias econômicas"⁵⁷. Mas, naturalmente, não havia necessidade alguma de ter "as categorias econômicas em mente" durante a elaboração dos modelos de análises de sistemas: como Parsons mesmo diz, em algum outro lugar, os modelos dos economistas "modernos" e dos teóricos gerais "não competem na mesma maratona metodológica"⁵⁸, e, consequentemente, sob esse aspecto, podem ser considerados independentemente uns dos outros. Contudo o que o criador da teoria geral precisava ter em mente - o que, aliás, como vimos era o caso muitas vezes - não eram "as classificações econômicas estabelecidas", mas as relações de produção estabelecidas, das quais os teóricos sociais de todas as espécies estão longe de se tornarem independentes. É a última correlação - a adoção compartilhada do ponto de vista do capital - que explica a profunda afinidade estrutural entre as categorias e modelos dos economistas apologeticos e os teóricos gerais. Pois, na maratona não metodológica, que envolve as perspectivas capitalistas e socialistas de controle social, eles competem lado a lado contra o "obsoleto manual econômico" de Marx, que eles alegam ser "tanto cientificamente errôneo como sem interesse ou aplicação para o mundo moderno"⁵⁹.

A estrutura mais profunda da apoloética teoria geral necessariamente a impede de realizar a tarefa tão freqüente e ruidosamente proclamada: a saber, a "exploração intensiva"

56. Desde que estrutura seja definida como "condições internas essenciais de um equilíbrio relativamente estável" (p. 248), o conceito parsoniano de "mudança estrutural" se torna, realmente, uma noção muito peculiar.

57. *Economy and Society*, p. 28.

58. *Ib.*, p. 278.

59. J.M. KEYNES, *Am I a Liberal?*

da realidade sócio-econômica - passada e presente - para testar a validade empírica dos seus modelos. Tudo que é capaz de fazer é meramente encaixar fenômenos sociais no leito procuriano de seus próprios modelos e paradigmas, baseados nas características estruturais do capitalismo das corporações. (Exemplos particularmente esplendorosos desse modo de proceder são oferecidos pelas análises da "racionalidade econômica"⁶⁰ e da "estrutura de mercado embrionária"⁶¹ das sociedades primitivas, no livro que discutimos.) Essa é a razão pela qual, no fim, a teoria geral acaba resultando numa metodologia pela metodologia, mesmo quando assume a aparência de "factualidade" pseudo-empírica. A prometida Odisséia de "explorações intensivas" está, assim, para além dos poderes dessa teoria geral. Os que a praticam, parece-me - com intermináveis invocações metodológicas em seus lábios - estão destinados a se manter para sempre presos ao pré-fabricado cavalo troiano da paradigmática Parsonsilada.

10 - ESTRUTURA SOCIAL E TEORIA SOCIAL

Com base no que vimos até o momento, parece-me que a área ideologicamente mais sensível da ciência social é a cadeia de princípios e pressupostos fundamentais, no interior dos quais são elaborados os vários conjuntos de proposições teóricas específicas - em certo sentido, "deduções operacionais". Os primeiros necessariamente se ligam - mesmo se, com freqüência, inconscientemente - às características estruturais básicas da formação sócio-econômica dada, o que, em última instância, determina as categorias, os modelos, os princípios, as diretrizes metodológicas e a problemática básica - em resumo: a estrutura - dos campos específicos de investigação em qualquer período determinado da história. (É por isso que pode haver uma "crítica da economia política", e não apenas uma crítica dessa ou daquela opinião particular de um economista em particular. Contudo, naturalmente, "economia política" aqui significa um

60. Cf. T. PARSONS, *Economy and Society*, pp. 175-8.

61. *Ib.*, pp. 283-4.

tipo de teoria determinada sócio-históricamente, em oposição a uma "disciplina" genérica, cujo tema seria a "vida econômica da sociedade", pois é somente num determinado período da história que o estudo do metabolismo entre o homem e a natureza vem a ser o tema da *economia política*.)

O caráter ideológico específico de uma teoria social particular é determinado pelo modo em que nela se articulam as características estruturais fundamentais da formação social dada, a partir de uma perspectiva social particular, sob a forma de alguns princípios teóricos básicos e pressupostos (ou premissas) que constituem os pontos de partida, bem como o esquema geral de orientação das linhas de investigação particulares. (Ex: a "propriedade privada", "o mercado", "a troca", "a divisão do trabalho" etc. foram considerados como pressupostos - desde Adam Smith, com sua "propensão para a troca", até os teóricos atuais, que consideram "como simplesmente dadas" a estrutura e as instituições da sociedade capitalista. O mesmo ocorre com "o estado", "a família", "o capital", "a administração", "o sistema bancário", "o dinheiro", "a soberania do consumidor", "o contrato", "o parlamento", "o governo" etc., etc. De modo similar, tem consequências necessárias para a estrutura global de uma teoria a adoção de conceitos-chave como: "equilíbrio social", "institucionalização" e "socialização".) Consequentemente, um critério básico para se avaliar as pretensões científicas de uma teoria social particular deve ser sua capacidade ou incapacidade de submeter a uma constante avaliação e reavaliação crítica seus próprios princípios fundamentais e pressupostos. Nesse sentido, é de primordial importância um acurado exame daquilo que é excluído por uma certa linha de investigação - sob a justificativa de ser um "problema insolúvel para a razão humana", ou de que a dicotomia entre "fatos" e "valores" relega a priori o fenômeno debatido ao domínio da "religião" e da "metafísica", ou que sua discussão é incompatível com "os procedimentos metológicos adequados" ou, novamente, de não poder ser "quantificado" e "reduzido" às categorias adotadas por uma abordagem particular etc. etc. Analogicamente, o não cumprimento das promessas é altamente revelador das necessárias limitações estruturais de certos tipos de teoria social; essas promessas não podem em princípio ser cumpridas no interior dos limites da abordagem adotada (ex: o eterno adiamento "temporário" de determinadas tarefas, cujo exame tem uma influência vital nos pressupostos e afirmações de todo o problema: como, por exemplo, o descaso "temporário" pelos problemas das estruturas mais amplas e abrangentes pelos campeões da "pesquisa de pequenos grupos"; ou, novamente, as promessas não cumpridas da teoria geral, discutida acima).

Na teoria social, é desnecessário dizer que o "*übergreifendes Moment*" (momento predominante) para fazer as necessárias reavaliações e reajustes é a própria situação sócio-histórica preponderante e a posição bem definida de um pensador específico em seu interior. Os problemas que permanecem um mistério total, sob certo ângulo acabam se revelando muito simples na realidade, quando abordados sob uma perspectiva social imune a implicações práticas negativas da solução teórica exigida. Nesse sentido, a adoção da perspectiva historicamente mais avançada é de importância vital para a teoria social. Deve-se enfatizar, todavia, que uma perspectiva historicamente mais avançada não é garantia em si da solução dos problemas em jogo. Nem se justifica sugerir, como fazem muitos vulgarizadores, que uma perspectiva social historicamente retrógrada represente *ipso facto* o final de todo o avanço científico. A atitude crítico-prática requerida para as conquistas científicas significativas, no campo da teoria social, deve ser não apenas compatível com os interesses do capital em uma dada conjuntura, mas também até necessária para o prolongamento de sua sobrevivência. Dada a dialética complexa do confronto social, nessa esfera a parada nunca se resume a um "tudo ou nada". Esse é o motivo pelo qual se torna possível a um Keynes, nas circunstâncias desafiadoras da grande crise e suas consequências, produzir alguns resultados científicos *parciais no interior* dos limites de sua abordagem global, não obstante sua total identificação com a perspectiva do capital, como vimos acima. Como uma teoria geral e tentativa de "refutação" da abordagem marxiana, seu sistema é destituído de outra base senão a puramente apologética. Representa, todavia, um avanço teórico genuíno na compreensão e controle possível de alguns fatores *limitados no interior* do quadro geral do desenvolvimento capitalista num determinado estágio histórico. (Torna-se uma total mistificação ideológica à medida que os resultados *parciais* se transformam numa teoria geral, reivindicam para si validade universal, ao mesmo tempo também que a dimensão histórica é eliminada do panorama.) O fato de que na prática sócio-econômica essa teoria seja usada para a manipulação, não altera o fato de que uma condição importante, embora parcial, do êxito manipulador seja a identificação teórica bem-sucedida de certas correlações e mecanismos de controle que se mantiveram ocultos para a economia burguesa em estágio anterior. (Evidentemente, a "teoria geral" parsoniana é, de fato, uma proposição muito diferente: exatamente por ser *nada mais* que uma teoria geral apologética, mesmo quando seu objeto imediato é a "pesquisa de pequenos grupos" ou a análise do "indivíduo como um sistema".) Embora o escopo das conquistas genuínas seja estritamente circunscrito

pela exigência de abordar o problema "de dentro" do sistema em si, os avanços científicos parciais são possíveis na medida em que uma nova fase histórica do confronto social geral necessitar de alguns reajustes nas próprias estruturas capitalistas. (Novamente, percebemos uma importante diferença: enquanto Keynes, com êxito, identifica alguns mecanismos de ajuste e controle que temporariamente intensificam o poder do sistema capitalista, Parsons infla as condições, limitadas sócio-históricamente, dos reajustes estruturais-manejadores, transformando-os num "modelo universal" de mudança estrutural como tal e mantendo-se sempre dentro dos "paradigmas" das estruturas estabelecidas. Isso é o que ele modestamente chama de descoberta "colombiana" de sua teoria geral, na qual "o ciclo de mudança estrutural" afortunadamente corresponde "ao paradigma de um ciclo de internalização de um padrão de valor no processo de socialização", produzindo, assim, de uma só vez, a "nova sociedade", da qual a "exploração do trabalho" e o "controle capitalista" desapareceram ao longo da mistificação não-tão-colombiana.)

Outro aspecto importante dessa problemática é que a adoção da perspectiva social historicamente mais avançada não é a mesma coisa que uma supressão final de toda Ideologia (integralmente fictícia). Podemos apenas mencionar dois fatores principais nesse contexto. (1) Na teoria social, mesmo o maior avanço científico - como a solução de Marx para os problemas de produção de mercadorias e valor de troca - vincula-se às condições de sua relevância sócio-histórica. O que dissemos acima, sobre os objetos específicos da ciência social como "objetos necessariamente em desaparição", aplica-se, também, à problemática marxiana do valor. Contudo, se não se observar as circunstâncias mutáveis e suas implicações para os conjuntos de relacionamentos, à medida que aparecem nas análises de Marx, a repetição dos mesmos termos, que outrora registraram o maior avanço científico no desenvolvimento da teoria social, torna-se uma ideologia paralisante. Daí porque um dos princípios fundamentais da abordagem marxiana estabelece que a crítica marxista "deve ser constantemente aplicada a si própria". Façamos uma breve alusão a um problema de vital importância, cuja elaboração não é possível aqui: a demonstração de Marx dos verdadeiros termos e fatores do relacionamento "contratual" entre capital e trabalho, que opõe o seu conceito de "força de trabalho" às explicações mistificadoras e dissimuladoras da economia política. É fácil ver que as mudanças efetivas nos termos dessas relações - de acordo com a mutável relação global de forças - têm implicações de longo alcance para toda a teoria formulada por Marx num determinado momento da história. Igualmente, é fácil

ver que o fracasso em acampanhar tais implicações sob a forma de demonstrações teóricas adequadas, de acordo com as exigências dinamicamente mutáveis de um período histórico de transição, traz sérias repercussões tanto para a teoria quanto para a prática social associada, mesmo se as pessoas envolvidas tenham adotado, em termos genéricos, a "perspectiva do trabalho". (2) E deve ser lembrado que o marxismo não é apenas uma crítica da formação social capitalista - sua negação - mas também uma estratégia para os reajustamentos instrumentais/institucionais em um cenário sócio-econômico transformado - de fato, e não ficticiamente, em termos pós-capitalistas. Nesse último sentido, há, obviamente, uma multiplicidade de limitações e determinações atuantes que tendem a interferir nas estratégias originais - embora corretamente concebidas. (Ex.: a posição e o poder relativo de um país específico no quadro geral, as limitações dos instrumentos disponíveis e forças produtivas em face das tarefas sócio-econômicas dadas, e em constante mudança; o "feedback" negativo em todo o complexo a partir das instituições historicamente constituídas e limitadas sob a pressão do dinamismo social etc., etc.) Fingir que tais forças condicionadoras não existem é nada mais que o pior tipo de mistificação ideológica. A resposta não é a invenção de soluções atemporais, aprioristicamente "científicas", mas o reconhecimento da necessidade de tal "feedback", e a elaboração de estratégias, bem como de seus veículos de realização, que - enquanto necessariamente ajustadas às condições do feedback institucional - se mantêm sob controle geral mesmo em condições de severos retrocessos.

Assim, a teoria social não é externa aos determinantes ideológicos do condicionamento social e "feedback" institucional, mas interna a eles. É essa complexa dialética de caráter simultaneamente "externo" e "interno", "crítico" e "autocrítico", "desvinculado" e "plenamente envolvido", "negativo" e "auto-affirmativo" etc. da teoria social significativa e relevante em termos históricos - em oposição às pretensões integralmente ideológicas da "ciência social axiologicamente neutra" - que a capacita a ser tanto efetiva ideologicamente quanto válida científicamente, em consonância com as condições sócio-históricas mutáveis de sua esfera de atuação.